

A avaliação em arquivística

reformulação teórico-prática
de uma operação metodológica*

ARMANDO B. MALHEIRO DA SILVA
FERNANDA RIBEIRO

RESUMO No confronto do clássico paradigma documental, técnico e custodial com o emergente paradigma científico e pós-custodial, a Arquivística configura-se como disciplina aplicada da Ciência da Informação, sobre a qual importa cada vez mais desenvolver uma fundamentação epistemológica consistente. O estudo científico da informação requer, obviamente, uma nova abordagem da problemática da avaliação (e selecção documental), entendida aqui como uma operação metodológica e não como um mero procedimento técnico orientado para separar documentos desprovidos de «valor secundário» de outros considerados com interesse para fins da investigação, predominantemente histórica. À luz de critérios e parâmetros objectivos destinados a nortear a avaliação e com base numa grelha de análise, quantificável, ilustra-se, com um caso prático, a aplicabilidade da metodologia proposta.

ABSTRACT Confronting the classic, documental, technical and custodial paradigm with the emergent, scientific and post-custodial one, Archivistics appears as an applied discipline in the scope of Information Science, about which it is more and more necessary to develop a consistent epistemological foundation. The scientific study of information obviously requires a new approach of appraisal (and selection) problematics, here understood as a methodological operation rather than a mere technical procedure oriented to separate documents without «secondary value» from other considered of interest for research purposes, specifically historical ones. Through a practical case, the authors illustrate the aplicability of the proposed methodology, according to objective criteria and parameters established to conduct an appraisal based on a quantifiable analysis schedule.

*Este texto beneficiou de um fecundo intercâmbio de ideias com os colegas e amigos, Drs. Manuel Luís Real (Arquivo Histórico Municipal do Porto) e Júlio Ramos (Arquivo da Universidade de Coimbra). Uma versão mais reduzida do mesmo e da autoria, apenas, de Armando Malheiro da Silva, foi apresentada ao Seminário sobre Avaliação, realizado em São Paulo, em Abril de 2000.

1 A mudança de paradigma

Os autores do *Manuel d'Archivistique*¹, genuíno «estandarte» da escola arquivística francesa desde o início da década de setenta, dedicam o terceiro capítulo da obra à «selecção e eliminação», assumindo aí, como doutrina própria, que entre o momento da saída dos papéis do gabinete ou *bureau* de origem e a sua incorporação definitiva, devidamente classificados e cotados no Serviço de Arquivo (entenda-se o Arquivo Público ou «Histórico», instituído após a Revolução Francesa), se situa uma operação simultaneamente essencial e delicada – *le triage* ou selecção – ilustrada pela metáfora da «separação do trigo do joio». O «joio» são os papéis sem interesse histórico durável, votados à eliminação, e o «bom trigo» os documentos de conservação permanente por força das imprescritíveis necessidades da pesquisa histórica². Operação que implica uma enorme responsabilidade para o arquivista na medida em que um documento destruído jamais será reconstituível, convindo, por isso, ajuizar bem do «interesse histórico» da documentação a conservar, sendo certo que não se pode guardar tudo sob pena de se provocar a prazo a paralisia da pesquisa num depósito completamente cheio.

Por seu turno, Antonia Heredia Herrera na *Archivistica general: teoría y práctica*, manual de referência no universo ibero-sul americano³, consagra um capítulo à «gestão de documentos» a partir da «teoria das três idades» formulada, segundo ela, por Wyffel em 1972 e da definição de «gestão de documentos» inspirada na prática americana do *records management*, sancionada pela Unesco e definida por G. Dubosq, em 1974, como *uma política de intervenção sobre a organização dos documentos desde o momento do seu nascimento, sistema que inclui a pré-arquivagem, mas sem se cingir a ela*⁴. Estes pressupostos levam-na a defender a criação dos chamados arquivos intermédios, onde se realiza *esa labor fundamental de la gestión de documentos que es el expurgo, tras la valoración, y que ha podido iniciarse progresivamente en los archivos de oficina*

¹ ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS – *Manuel d'Archivistique: théorie et pratique des archives publiques en France*. Paris: S.E.V.P.E.N., 1970.

² Cf.: ASSOCIATION DES ARCHIVISTES FRANÇAIS – *Op. cit.* p. 161.

³ Ver sobre este tópico: Pedro LÓPEZ GÓMEZ – «La Archivistica española en la actualidad: su evolución entre 1975 y 1995». In *Historia de los archivos y de la archivística en España*. Coord. Juan José Generelo e Ángeles Moreno López. Valladolid: Secretariado de Publicaciones e Intercambio Científico, Universidad de Valladolid, 1998. p. 191-240.

⁴ Cit. por: Antonia HEREDIA HERRERA – *Archivistica general: teoría y práctica*. 2.ª ed. Sevilla: Diputación Provincial, 1987. p. 113.

y centrales⁵ e é aí, de acordo com a sua opinião, que tem início o «verdadeiro arquivo» – o Arquivo definitivo, «histórico» ou público, denominado na tradição anglo-americana de *archives* e oposto ao *records* por este estar confinado à «documentação corrente e efémera» das instituições. A tudo isto é preciso ainda acrescentar o *boom* documental que disparou desde meados do século XX pondo graves e urgentes problemas de espaço e tornando, por isso, inevitável a necessidade de eliminação. É para que esta se faça impõe-se, segundo Heredia Herrera, uma avaliação que conjugue os «valores dos documentos» – o valor primário para a própria pessoa ou instituição e que nasce no preciso momento da criação do documento (administrativo, fiscal, legal e operativo); e o valor secundário prevaiente para além do uso imediato e que se converte, por isso, numa referência ou informação necessária aos investigadores. Finda a vigência administrativa surge, então, a necessidade da «avaliação histórica» com vista a uma conservação permanente e que leva em linha de conta os valores substanciais e informativos da documentação, devendo o arquivista, após a análise de tais parâmetros, estabelecer o valor histórico, embora este seja difícil de *fixar por cuanto las tendencias históricas cambian de una época a otra*⁶.

Mais recentemente Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, emergindo como porta-vozes da chamada «escola» canadiana que tem tido forte impacto na Europa, procuraram sintetizar duas tradições – a anglo-americana e a francesa – e no seu manual *Os Fundamentos da disciplina arquivística*, editado pela primeira vez no Québec em 1994, adoptaram uma postura equilibrada e matizadora que, no entanto, não põe em causa a herança oitocentista da Arquivística. Esta, embora deva modernizar-se e abrir-se aos novos desafios tecnológicos da criação e difusão de informação pelas mais diversas entidades (individuais e colectivas), continua, afinal, colada a um objecto e a uma «moldura teórica» que designaremos de clássica: *Há em arquivística – afirmam os citados autores – três princípios que constituem o fundamento da disciplina. Trata-se do princípio de territorialidade, do princípio do respeito pelos fundos ou princípio da proveniência e da abordagem das três idades. Utilizados desde o final do século XIX e sobretudo no século XX, constituem a própria base da arquivística moderna*⁷. Mantendo-se, pois, dentro do respeito por tais «princípios» e «teorias», aceites sem quaisquer reservas epistemológicas, par-

⁵ Cf.: Antonia HEREDIA HERRERA – *Op. cit.* p. 113.

⁶ Cf.: Antonia HEREDIA HERRERA – *Op. cit.* p. 122.

⁷ Cf.: Jean-Yves ROUSSEAU; Carol COUTURE – *Os Fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998. p. 52.

tem do *ciclo de vida dos documentos de arquivo* para a abordagem da avaliação e da eliminação e introduzem apenas ligeiras *nuances* formais como a seguinte proposta terminológica: ‘*arquivos correntes*’, *que são constituídos por documentos activos*, ‘*arquivos intermédios*’, *compostos por documentos semiactivos* e ‘*arquivos definitivos*’, *que agrupam os documentos inactivos com valor de testemunho*⁸. Conscientes, aliás, dos contornos difusos da pretensa fronteira entre fase activa, semiactiva e inactiva, entre valor primário e secundário, Rousseau e Couture refugiam-se na eufemística expressão «valor testemunhal» e reconhecem, ao tratarem dos arquivos definitivos, *que a equação relativa à utilização de arquivos definitivos (arquivos definitivos = valor secundário = necessidade histórica) contém uma restrição que é primordial matizar. Assim, não se deve associar o valor secundário à necessidade exclusivamente histórica, uma vez que se prova que os documentos conservados por essa razão são utilizados para toda a espécie de fins e que a necessidade puramente histórica é apenas uma entre outras*⁹. A sua «arquivística integrada» pauta-se, desta forma, por um esforço performativo que visa modificar a «superfície» sem mexer nos fundamentos tradicionais da disciplina.

Podemos, por isso, dizer que, em geral, franceses, espanhóis e canadianos se mantêm na órbita do americano Theodore R. Schellenberg, a quem se atribui a paternidade, em 1956, da «teoria» dos valores primário e secundário (e dentro deste dos valores «evidencial» e «informativo»)¹⁰. No seu *Modern archives: principles and techniques*, convertido numa espécie de *vade mecum* dos arquivistas americanos, destaca a avaliação como operação de charneira entre o *records* (arquivo corrente administrativo) e o *archives* (arquivo definitivo ou «histórico»), defendendo, no entanto e em estreita fidelidade ao «princípio da proveniência», que o «arranjo» original dos documentos pelas entidades produtoras/receptoras devia ser mantido (é o referido valor «evidencial») no momento da transferência para a *archival institution*, ou seja, para os arquivos definitivos. A par desse valor «evidencial» emerge ainda, em muitos casos, o «informativo», isto é, a importância histórica, sociológica, económica, demográfica, artística, etc. dos documentos aos olhos de um sujeito exterior aos arquivos – o investigador. Os interesses temáticos deste sujeito consubstanciam o dito «valor» secundário e influenciam decisivamente a escolha da «matéria» conservável.

⁸ Cf.: Jean-Yves ROUSSEAU; Carol COUTURE – *Op. cit.* p. 113.

⁹ Cf.: Jean-Yves ROUSSEAU; Carol COUTURE – *Op. cit.* p. 123.

¹⁰ Ver a sinopse desta posição e respectivo contexto arquivístico americano em: Armando Malheiro da SILVA [et al.] – *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento, cop. 1998. p. 130-132.

Dicotomia consagrada, entretanto, pela legitimação terminológica: no verbete *avaliação* do *Dicionário de Terminologia Arquivística* elaborado por colegas portugueses ela surge expressamente como *determinação do valor arquivístico e/ou histórico dos documentos de um arquivo 1, com vista à fixação do seu destino final: conservação 1 permanente num arquivo definitivo 2 ou eliminação, após o respectivo prazo de conservação*¹¹. Posição mais fluida e prudente é a assumida pelas autoras de obra equivalente no Brasil ao definirem a avaliação como *Processo de análise de arquivos (1), visando a estabelecer sua destinação de acordo com os valores que lhes forem atribuídos*¹². Valores esses agrupados por Ieda Pimenta Bernardes em *imediatos* e *mediatos* e identificados de acordo com a sua idade ou ciclo vital em *administrativo, legal, fiscal, técnico, histórico*¹³. Para a mesma autora a avaliação é um *trabalho interdisciplinar que consiste em identificar valores para os documentos (imediato e mediato) e analisar o seu ciclo de vida, com vistas a estabelecer prazos para sua guarda ou eliminação, contribuindo para a racionalização dos arquivos e eficiência administrativa, bem como a preservação do patrimônio documental*¹⁴. Sem contestar a doutrina enformadora desse trabalho técnico e interdisciplinar, mas alterando a ordem formal dos seus «momentos» principais, a peruana Aida Luz Mendoza Navarro põe a tônica na selecção documental como processo que inclui a identificação (saber a quantidade de informação contida nos documentos), a análise (estudo da génese documental, assim como das etapas percorridas pela documentação e do motivo da sua emissão) e a avaliação (determinação do valor dos documentos segundo critérios que permitam discernir entre os que são para eliminar a breve prazo, a médio ou a conservar-se indefinidamente)¹⁵.

¹¹ Cf.: Ivone ALVES [et al.] – *Dicionário de terminologia arquivística*. Lisboa: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993. p. 12. Posição mais fluida e prudente é a assumida pelas colegas brasileiras Ana Maria Camargo e Heloísa Bellotto: *Avaliação. Processo de análise de arquivos (1), visando a estabelecer sua destinação de acordo com os valores que lhes forem atribuídos* (ver: Ana Maria de Almeida CAMARGO; Heloísa Liberalli BELLOTTO – *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, Núcleo Regional de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultura, Departamento de Museus e Arquivos, 1996. p. 11).

¹² Ana Maria de Almeida CAMARGO; Heloísa Liberalli BELLOTTO – *Op. cit.* p. 11.

¹³ Cf.: Ieda Pimenta BERNARDES – *Como avaliar documentos de arquivo: oficina realizada no dia 15 de Outubro de 1997 pela AAB/SP – Associação dos Arquivistas Brasileiros/Núcleo Regional de São Paulo, como parte do Projeto «Como fazer»*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. p. 17.

¹⁴ Ieda Pimenta BERNARDES – *Op. cit.* p. 14.

¹⁵ Cf.: Aida Luz MENDOZA NAVARRO – *Apuntes para el estudio de la selección documental*. Lima: Biblioteca Nacional del Peru, 1997. p. 47.

Esta não é, porém, a perspectiva de Elio Lodolini, herdeiro e representante da «escola» italiana e do chamado «método histórico»¹⁶. Reclamando para o seu país uma antiga e sólida prática de «gestão documental» em quatro idades ou fases (arquivo corrente, arquivo de depósito, arquivo intermédio e arquivo histórico), contesta a justificação teórica da selecção e da conservação parcial da documentação arquivística com o argumento de que se o arquivo é um conjunto de documentos surgidos de um vínculo originário, necessário e integral, qualquer escolha e conservação parcial desse conjunto representa um golpe, uma ruptura inexplicável do referido vínculo, praticada apenas pelo motivo prático de *ser materialmente impossível conservar tudo*¹⁷. Na sua opinião há um dever científico de conservar o arquivo na sua natural integridade, embora essa conservação possa ser impraticável do ponto de vista financeiro e físico (falta de espaço). Sublinha também que não há selecções «objectivas», nem rigorosas, implicando sempre um risco grave que conviria não correr. Subjacente a esta nítida recusa mental da avaliação parecem-nos estar um aspecto interessante e pouco focado, a saber: o sentido de historicidade própria de cada arquivo, ou seja, a documentação é criada/recebida, ordenada, recuperada e acumulada num espaço e tempo, num contexto portador de sentido específico (histórico), que urge preservar o mais possível, embora isso não impeça e porventura até incentive mais o inevitável «olhar» subjectivo de qualquer investigador¹⁸.

¹⁶ Ver: Aida Luz MENDOZA NAVARRO – *Op. cit.* p. 108, 114, 168, 169 e 206.

¹⁷ Cf.: Elio LODOLINI – *Archivistica: principi e problemi*. Milano: Franco Angeli, 1984, p. 200-201.

¹⁸ Sobre este aspecto interessa registar a pertinente observação de Ulpiano T. Bezerra de Menezes: «No entanto, qualquer objeto pode funcionar como documento e mesmo o documento de nascença pode fornecer informações jamais previstas em sua programação. Se, ao invés de usar uma caneta para escrever, lhe são colocadas questões sobre o que seus atributos informam relativamente à sua matéria-prima e respectivo processamento, à tecnologia e condições sociais de fabricação, forma, função, significação etc. — este objeto utilitário está sendo empregado como documento. (Observe-se, pois, que o documento sempre se define em relação a um terceiro, externo a seu horizonte original). O que faz de um objeto documento não é, pois, uma carga latente, definida, de informação que ele encerre, pronta para ser extraída, como o sumo de um limão. O documento não tem em si sua própria identidade, provisoriamente indisponível, até que o ósculo metodológico do historiador resgate a Bela Adormecida de seu sono programático. É, pois, a questão do conhecimento que cria o sistema documental. O historiador não faz o documento falar: é o historiador quem fala e a explicitação de seus critérios e procedimentos é fundamental para definir o alcance de sua fala» (cf.: Ulpiano T. Bezerra de MENEZES – «Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público». *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. 11:21 (1998) 95). Se isto é assim em parte, convém, todavia, «não cair em tentação», ou seja, não cair na persistente moda de um relativismo cognitivo extremo (quase solipsista) que negue a historicidade original do documento e, sobretudo, o sentido activo da informação

A perspectiva dissonante dos italianos, a que podemos juntar os recentes e inovadores contributos da alemã Angelika Menne-Haritz, da americana Helen Samuels ou do canadiano Terry Cook centrados todos na avaliação pela análise dos contextos orgânico-funcionais – pedra angular da nova «arquivística multifuncional»¹⁹ –, não basta, porém, para os situar fora da fase técnica e custodial (1898-1980) resultante da interacção de dois processos: o informacional relativo aos arquivos e o histórico em geral, caracterizando-se este último, *grosso modo*, pela 2.^a e 3.^a vagas de industrialização, pela evolução tecnológica e científica e pelo confronto entre a democracia (liberal e social) e os totalitarismos (fascismo/nazismo e comunismo), e aquele pela acentuada especialização profissional do arquivista²⁰.

Esta perspectiva surgiu em contrapeso a uma Arquivística «disciplina auxiliar» da História e legitimadora da memória política do Estado-Nação graças à incorporação maciça da documentação de organismos extintos em serviços institucionais (os Arquivos Nacionais e Públicos) criados expressamente para custodiar essa memória e à formulação de alguns preceitos, como o do «respeito pelos fundos» (Natalis de Wailly, 1841), mais tarde convertidos em «teoria» arquivística. Deparamos, assim, com uma fase sincrética e custodial (século XVIII-1898) que precedeu a fase do especialista em Arquivos, quer históricos (nascidos artificialmente no ciclo anterior), quer administrativos, sendo estes tão naturais e antigos quanto, pelo menos, as denominadas civilizações pré-clássicas, e reafirmados, a partir de 1898, na sua importância estratégica, organizacional e moderna pelos holandeses Muller, Feith e Fruin, pelo inglês Hilary Jenkinson ou pelo italiano Eugenio Casanova²¹, precursores de práticas relativamente recentes como a «gestão documental», a normalização terminológica e classificativa e a revisão actualizadora da datada e estática noção de fundo.

social no momento e no contexto em que foi produzida. Antes de o historiador aparecer com os seus «questionamentos subjectivos» existe já, em nossa opinião, um «sistema informacional» (parece-nos esta expressão mais correcta que a usada pelo autor) criado por alguém num espaço e tempo próprios e únicos. Um sistema que não se sobrepõe, obviamente, ao sujeito investigador, mas que interage com este porque o seu sentido original (e histórico) permaneceu e não pode ser escamoteado ou omitido. Um simples exemplo serve para demonstrar este breve comentário: a célebre Pedra Roseta até ser decodificada existiu sem «sentido próprio», mas a partir do momento da decifração da escrita hieroglífica (código informacional) foi possível reconstituir o sentido explícito do epigrafista/autor e acrescentar-lhe toda uma mais valia semântica derivada dos múltiplos olhares que daí em diante sobre ela passaram a incidir.

¹⁹ Ver: Armando Malheiro da SILVA [et al.] – *Op. cit.* p. 163-164 e 180-181.

²⁰ Cf.: Armando Malheiro da SILVA [et al.] – *Op. cit.* p. 210.

²¹ Cf.: Armando Malheiro da SILVA [et al.] – *Op. cit.* p. 115-127.

A fase técnica e custodial significou, em certa medida, um avanço teórico-prático, mas ao mesmo tempo manteve-se presa a condicionais perversos da fase anterior e daí, por exemplo, a referida antinomia anglo-americana entre *records* e *archives* ou ainda a difícil comunicabilidade, agudizada ao longo do século XX, entre os arquivistas histórico-culturais, representados pelo Conselho Internacional dos Arquivos (CIA) nascido em 1950 no seio da UNESCO, e os «gestores» de documentação/informação dentro das mais diversas organizações activas. Estes e outros traços genéticos permitem que estabeleçamos, em termos epistemológicos e de acordo com a proposta teórica de Thomas Khun²², uma analogia entre o termo fase e a noção operatória de paradigma²³.

Na designada fase técnica e custodial detectamos a vigência de um paradigma arquivístico que podemos classificar de documental/patrimonial, custodial, historicista e tecnicamente sincrético e podemos ainda caracterizar do seguinte modo:

- a) a sobrevalorização do étimo romano (*docere* = conduzir, levar algo...) e do sentido empírico de documento e documentação (*o que serve de prova, título, declaração escrita para servir de prova, demonstração*);
- b) o primado da conservação do documental enquanto conjunto específico de bens culturais (património) do Estado-Nação e da respectiva memória social, pelo que, *in extremis*, o acto de conservar implica a atitude insidiosa de vigiar, de condicionar e de controlar fisicamente o acesso em nome do assaz defensável motivo (entre outros menos aceitáveis) de que um livro de horas do século XII com iluminuras é um bem patrimonial

²² Ver: Thomas KHUN – *A Estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1994.

²³ Esta noção tem sido usada em diferentes e variadas acepções, pelo que importa devolvê-la, dentro do possível, à integridade do pensamento original de Thomas Khun, para quem a noção de paradigma abrange, de forma implícita, a percepção gestaltica que orienta a solução dos *puzzles*, dos quebra-cabeças, a que se dedicará determinada comunidade de cientistas. Implica, portanto, uma visão do mundo, um acordo sobre que entidades existem em um determinado campo a ser explorado/questionado, não podendo, pois, ser reduzida a uma mera questão de método. Neste sentido é, talvez, questionável o uso do termo em disciplinas, como a Arquivística e a Biblioteconomia, que, dada a sua matriz empírica, não passaram por um primeiro paradigma que as tenha direccionado para uma evolução similar à ocorrida nas ciências naturais. Em resposta a esta objecção argumenta-se ser difícil e hoje muito controversa a analogia simples entre ciências sociais e naturais, além de que a fase empírica e prática representa já uma busca de cientificidade e de afirmação profissional autónoma. Entendemos, por isso, aceitável conceber essa fase como paradigmática e não necessariamente como pré-paradigmática.

- valiosíssimo (inclusive do ponto de vista monetário) a que não se pode aceder da mesma maneira que aos álbuns do Astérix;
- c) a base teórica da prática (re)valorizadora (avaliação e seleção), (re)classificativa, ordenadora e recuperadora dos documentos assume contornos de miscelânea instável e inconsistente em que a História (sobretudo medieval e institucional, fundada na análise diplomatística) ainda «disputa», cada vez com maior dificuldade, o *locus* epistémico ao Direito, à Ciência Administrativa²⁴ e até à clássica Filosofia Racionalista, patente, aliás, no esforço iluminista da classificação dos entes e dos saberes, logo extensível ao domínio pragmático, onde, segundo Apostel (1963), a classificação documental e biblioteconómica ocupa um lugar privilegiado²⁵;
- d) a diferenciação independentista e legitimadora face à Biblioteconomia através, por um lado, da afirmação da Arquivística como «ciência dos Arquivos enquanto serviços/instituições públicas de âmbito nacional, regional e local», e, por outro, da ênfase no *documento de arquivo* (integrante do «fundo de arquivo»), pautado, segundo Vicenta Cortés, pela *unicidade, integridade e autenticidade* e melhor definido por Maria Paz Martín-Pozuelo Campillos, que identificou cinco traços essenciais: «o contexto de criação», «a sua unicidade», «a sua autenticidade», «a heterogeneidade do seu conteúdo e, portanto, a multiplicidade da sua informação» e a «necessidade de cada um de estes traços estarem sempre presentes»²⁶; e
- e) a demarcação retórica face à História e à Cultura mediante um reforço tecnicista de cariz sincrético que combina o saber fazer (matriz basilar consubstanciada nos «três princípios fundadores» acima focados e numa atitude empírica de regulamentação de procedimentos) com um estatuto demasiado equívoco (e pós-moderno?!...) de ciência, justificada, aliás, por Cruz Mondet em moldes modernos ou «clássicos»: *Es ciencia por cuanto posee un objeto, los archivos en su doble consideración: los fondos documentales y su entorno; posee además un método, compuesto por un conjunto de princi-*

²⁴ Ver: Jacques CHEVALLIER; Danièle LOCHAK – *La Science administrative*. 2^{ème} éd. Paris: PUF, 1987.

²⁵ Cit. por: Olga POMBO – «Da Classificação dos seres à classificação dos saberes». *Leituras: revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa, 2 (Primavera 1998) 28.

²⁶ Cf.: Maria Paz MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS – *La Construcción teórica en archivística: el principio de procedencia*. Madrid: Universidad Carlos III, 1996. p. 101-103.

*pios teóricos y procedimientos prácticos, cuya evolución constante la perfilan con mayor nitidez día a día. Y un fin hacer recuperable la información documental para su uso*²⁷.

Firmado nestas principais características, o paradigma documental, custodial e tecnicista evidencia, sobretudo desde a década de oitenta do século XX, sintomas de nítida crise por efeito óbvio da génese e do galopante desenvolvimento da Sociedade da Informação, que o sociólogo David Lyon considera ser algo mais do que *um pós-industrialismo reciclado* pelo impacto sócio-económico e cultural das novas tecnologias da informação (micro-electrónica e informática). Ela é, na opinião do mesmo autor, uma problemática, entendendo por tal a organização rudimentar de um campo de fenómenos que permite identificar problemas passíveis de investigação sociológica. E, nesta medida, o campo delimitado por esses problemas inclui necessariamente a interpretação das mudanças ocorridas nos locais de trabalho ou no emprego e ainda aspectos políticos, culturais e globais decorrentes da difusão das tecnologias da informação (TI)²⁸. Inclui também a análise das consequências cada vez mais sentidas nas práticas biblioteconómica e arquivística.

Sublinhamos o termo práticas porque ele foi usado recentemente por Yves Le Coadic, autor de um volume da célebre colecção *Que sais-je?*, intitulado *La Science de l'Information*²⁹: a biblioteconomia ou «ciência das bibliotecas», a arquivística ou «ciência dos arquivos», a museologia ou «ciência do museu» e a «ciência dos *media*, da comunicação» mais não são, segundo ele, que meras *pratiques empiriques d'organisation*³⁰. Práticas visivelmente transformadas pelas TI a ponto de, hoje, ser visível e observável um paradoxal e paroxístico confronto/simbiose entre a atitude documentalista e a percepção informacional.

Note-se que a ideia duradoira, estática e unidimensional de documentação (mensagens em suporte papel) começou a ser directamente «atacada» a partir dos finais do século XIX com a telegrafia sem fios, a fotografia, o cinema e a radiofonia, mas só a generalização do micro-

²⁷ Cf.: J. R. CRUZ MONDET – *Manual de archivística*. Madrid: Fundación Germán Sanchez Ruiperez: Pirámide, 1994. p. 64.

²⁸ Cf.: David LYON – *A Sociedade de informação*. Oeiras: Celta Editora, 1992. p. 8-9.

²⁹ Ver: Yves-François LE COADIC – *La Science de l'information*. 2^{ème} éd. Paris: Presses Universitaires de France, 1997. (Há edição em português: *A Ciência da informação*. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 1996.)

³⁰ Cf.: Yves-François LE COADIC – «Science de l'information». In *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation*. Dir. Serge Cacaly. Paris: Nathan, cop. 1997. p. 517.

filme no pós Segunda Guerra Mundial, o nascimento e rápida difusão da televisão e a posterior emergência das TI haveria de lhe desferir um golpe que nos parece letal. As novas tecnologias e a sua interação dinâmica com as tecnologias precedentes trouxeram para primeiro plano um fenómeno/processo social tão antigo como o próprio *homo sapiens sapiens* e durante séculos «ocultado» pelo invólucro ou «casulo», isto é, pelo suporte material das palavras e das imagens. Deu-se, pois, a plena «aparição» da informação social facilmente transferível de um suporte para outro e até simultaneamente circulável em todos eles.

Acabou o suporte? Anuncia-se e perfila-se o fim do documento? Não, mas... Anuncia-se e perfila-se a «transparência» total do documento e, conseqüentemente, a visibilidade da sua «essência» constitutiva – a informação –, porquanto se percebe cada vez melhor que não há documento sem informação, mas sim o inverso, ou seja, informação para além do documento (suporte material externo), sendo este, afinal, um mero epifenómeno daquela.

E o que é então a informação, tão falada hoje como se fosse uma espantosa novidade?

Do uso dado ao termo por autores de diversos quadrantes e formações infere-se uma polissemia vasta e confusa³¹ que exige clarificações urgentes, discutíveis, mas incontornáveis. Apressamo-nos, por isso, a assumir determinadas opções gnoseológicas e a definir **informação social como o conjunto estruturado de representações codificadas (símbolos, significantes) socialmente contextualizadas e passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, disco magnético, óptico, etc.) e/ou comunicadas em tempos e espaços diferentes**³².

Desta proposta de definição ressalta, de imediato, a importância da *linguagem* (capacidade de articular ideias, sons e signos) e do *código* (a língua falada e escrita, a notação numérica, o desenho, etc.) que são a base «cosificadora» da informação e a «substancializam» como fenómeno social. Este emerge da língua e da linguagem, confunde-se com discurso e texto e encerra propriedades intrínsecas essenciais. E a sua

³¹ Ver sobre este aspecto o comentário de: Armando B. Malheiro da SILVA – «Arquivística e cultura popular. Algumas notas sobre o binómio Informação e Cultura». In *Cultura Popular. Actas do congresso realizado no Forum da Maia*. Maia: Câmara Municipal, 2000, p. 75-76.

³² Definição inserida num livro em preparação e intitulado *A Ciência da Informação: bases epistemológicas e modelo formativo*, que está a ser elaborado por um grupo informal constituído a convite de docentes do Curso de Especialização em Ciências Documentais da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e com a seguinte composição: Anabela Lapa, Armando Malheiro da Silva, Elisa Cerveira, Fernanda Ribeiro, João Álvaro Carvalho, João Leite e Maria Manuel Borges.

enumeração e identificação detalhada constitui um passo decisivo e gerador de profícua controvérsia³³, sem o qual, aliás, é impossível avançar na compreensão do novo paradigma emergente. Enunciemos, pois, essas **propriedades** formalizadas como uma axiomática geral:

1. **estruturação pela acção (humana e social)** – o acto individual e/ou colectivo funda e modela estruturalmente;
2. **integração dinâmica** – dupla e simultânea implicação do acto informacional nas circunstâncias internas e externas do sujeito da acção;
3. **pregnância** – enunciação (máxima ou mínima) de sentido activo (i. e. da acção fundadora);
4. **quantificação** – a codificação linguística, numérica ou gráfica é valorável quantitativamente;
5. **reprodutividade** – a codificação é reprodutível sem limite, possibilitando, assim, a retenção/memorização;
6. **transmissibilidade** – a (re)produção informacional é potencialmente transmissível ou comunicável.

Estas seis propriedades elencadas e, em particular, as duas últimas matizam a informação não apenas como fenómeno, mas como processo, inscrevendo-se nesta dimensão a noção de comportamento e respectivo conjunto de «etapas» em espiral – criação, difusão, organização, armazenamento, pesquisa e uso. Fenómeno e processo, a informação social remete simultaneamente para o sujeito neurocerebral e psíquico e para a intersubjectividade colectiva e cultural (a relação comunicacional), configurando-se como objecto específico de conhecimento científico dentro, porém, da densa complexidade ínsita à natureza humana e social partilhada e explorada por diversas ciências e ramos do saber. Ela preenche, pois, o núcleo (mono e transdisciplinar) de um campo científico próprio vivificado por uma dinâmica e estreita interdisciplinaridade (ver fig. 1).

A centralidade da informação social como objecto de conhecimento (e não apenas como fonte, aspecto recorrente demasiado redutor...) tem implicações epistemológicas profundas, vastas e imprevisíveis. A principal é a instauração de um novo paradigma que designamos por **científico e pós-custodial**, correlativo, aliás, da fase «1980 ...»³⁴ com idênticos adjectivos, marcada, quanto ao processo informacio-

³³ Empregamos aqui o conceito como foi analisado por Giulio GIORELO – «Progresso pelo conflito: as controvérsias científicas». *Análise: publicação semestral de filosofia*. Lisboa: 1:2 (1984) 181-198.

³⁴ Ver: Armando Malheiro da SILVA [et al.] – *Op. cit.* p. 210.

nal, pela figura mais rica e completa do arquivista cientista e profissional da informação, pela identificação dos arquivos como sistemas de informação e pela normalização do acesso a esses/nesses sistemas informacionais, e, quanto ao processo histórico geral, pelos múltiplos efeitos da chamada pós-industrialização e pelo impacto não apenas económico, mas político, sociocultural e simbólico da globalização em curso. Um paradigma desenhado pelos seguintes traços essenciais:

- a) valorização da informação (fenómeno/processo humano e social), residindo nela e não no suporte (material externo ao sujeito produtor de informação) a sua própria historicidade (orgânico-contextual) e a sua riqueza patrimonial/cultural;
- b) afirmação do incessante e natural dinamismo informacional oposto ao «imobilismo» documental, traduzindo-se aquele no trinómio criação – selecção natural – acesso/uso e o segundo na antinomia artificial «vida» efémera – permanência/conservação;
- c) impossibilidade de manter a «compartimentação» documentalista da informação pelo espaço institucional e tecnológico onde se conserva (serviço de arquivo, serviço de biblioteca e sistema informático/*software* de computador monoposto ou em rede), porque este critério é superficial e não abrange o dinâmico contexto de produção (organicidade), de retenção/memória e de uso/consumo (funcionalidade);
- d) necessidade de conhecer (indagar, compreender e explicitar) a informação social através de modelos teórico-científicos cada vez mais exigentes e eficazes em vez do universo rudimentar e fechado da prática informacional empírica composta por um conjunto uniforme e acrítico de modos/regras de fazer, de procedimentos só aparentemente «assépticos» ou «objectivos» de criação, classificação, ordenação e recuperação;
- e) alteração do actual quadro teórico-funcional, em que quase só pontificam as práticas metodológicas e os interesses «clientelares» da História, do Direito e da Ciência da Administração, para uma postura diferente no universo dinâmico das ciências sociais (todas as ciências do homem e da sociedade), referencial indispensável para a compreensão do social e do cultural³⁵,

³⁵ Yves Le Coadic não hesitou em afirmar que a ciência da informação ao preocupar-se em esclarecer um problema social concreto passou a integrar o grupo das ciências sociais. E acrescenta: Respondendo a uma necessidade social, a pesquisa em ciência da informação, pesquisa orientada, é elaborada em função dessa necessidade

- com óbvias implicações nos novos modelos formativos dos futuros profissionais da informação; e
- f) substituição da lógica instrumental patente nas expressões «gestão de documentos» e «gestão da informação» pela lógica científico-compreensiva da informação na gestão, isto é, a informação social está implicada no processo de gestão de qualquer entidade organizacional e assim sendo as práticas/procedimentos informacionais decorrem e articulam-se com as concepções e práticas dos gestores e agentes e com a estrutura e cultura organizacionais, devendo o arquivista, em vez de estabelecer ou impor regras operativas, compreender o sentido de tais práticas, como se exige, por exemplo, a um sociólogo das organizações e apresentar dentro de certos modelos teóricos as soluções (retro ou)prospectivas mais adequadas.

Confrontadas com este paradigma emergente as referidas «práticas empíricas de organização» (arquivística e biblioteconómica), na expressão de Le Coadic, não podem subsistir por muito mais tempo artificialmente autonomizadas e disfarçadas de «científicas», tendo, por isso, de ser (re)enquadradas epistemologicamente de um modo sério e consistente. E isso implica necessariamente a revisão crítica, à luz das acima referidas propriedades da informação, da herança «teórica» arquivística (a noção de fundo e os três princípios lembrados acima por Couture) que até agora poucos têm ousado contestar. É, aliás, compreensível que assim suceda: toda uma estratégia profissional de reforço identitário e de reconhecimento público (desenvolvida ao longo do século XX pela negativa, ou seja, pela firme recusa de contactos com a biblioteconomia, a documentação e os seus progressos a nível da indexação, classificação e difusão do acesso) tem assentado nesse núcleo duro de noções operatórias e de princípios, aceites mais como dogmas imutáveis do que como modelos transitórios de um processo científico, sujeito, por natureza, a reformulações e reconstruções constantes.

e foi, de alguma forma, determinada por ela. Também, sob a pressão das técnicas da informação, de máquinas concebidas para a comunicação, a preocupação dominante dos investigadores passou a ser o útil, o eficaz, o prático e a prática, e muito pouco o teórico, a teoria. Há pois um atraso da teoria sobre o empírico e sobretudo desconexão entre as duas [ver cap. IV]. De prática de organização, a ciência da informação tornou-se, sob efeito de uma procura social crescente, de novas apostas sociais e de importantes desenvolvimentos económicos, uma ciência social rigorosa (Jean-Yves LE COADIC – *La Science de l'information* (op. cit.) p. 26).

2 O estudo científico da informação

A alternativa existe definida há mais de três décadas, de início nas conferências do Georgia Institute of Technology, realizadas em Outubro de 1961 e Abril de 1962³⁶, e depois, em 1968, por Harold Borko, para quem a *information science* é a disciplina que investiga as propriedades e comportamento da informação, as forças que regem o fluxo informacional e o sentido do processamento de informação com vista a um máximo de acessibilidade e uso. Diz, assim, respeito a um corpus de conhecimento sobre a origem, colecção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e uso da informação. Isto inclui a investigação da informação tanto em sistemas naturais, como artificiais, o uso de códigos para uma eficiente transmissão de mensagens e o estudo dos modos e técnicas de processamento de informação tais como computadores e os respectivos sistemas de programação. Trata-se de uma ciência interdisciplinar derivada de e relacionada com os seguintes campos: matemática, lógica, linguística, psicologia, tecnologia computacional, operações de pesquisa/busca, artes gráficas, comunicações, biblioteconomia, gestão e outros campos similares. Possui, por fim, uma componente de ciência pura na medida em que explora o tema sem olhar às suas aplicações práticas e uma componente de ciência aplicada que desenvolve serviços e produtos. A biblioteconomia e a documentação constituíam, por isso, aspectos aplicados da ciência da informação³⁷.

Mais do que uma definição, Borko traçou um programa que continua actual e em plena realização, apesar da falta de consenso interno sobre se já atingiu ou não a «linha de água» mínima da maturidade e da autonomia científicas.

Um programa cuja origem a maioria dos autores é unânime em situar na criação, pelo belga Paul Otlet, do Instituto Internacional de Bibliografia e de seguida na Federação Internacional da Documentação, organismos que procuraram dar resposta, desde finais do século XIX, às novas necessidades dos investigadores, interessados cada vez mais em acederem de forma rápida e eficaz nas bibliotecas a «documentos de diverso tipo» representando uma multiplicidade de

³⁶ Definição incluída em: Jesse H. SHERA; Donald B. CLEVELAND – «History and foundations of information science». *Annual Review of Information Science and Technology*. Washington. 12 (1977) p. 265.

³⁷ Tradução livre do inglês a partir de citação de: Thomas J. FROELICH – «Challenges to curriculum development in Information Science». In CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS, 1, Porto, 1985 – *A Informação em tempo de mudança: actas*. Porto: BAD, 1985. vol. 2, p. 488.

ideias e de temas através de signos gráficos (palavras, imagens, diagramas, mapas, figuras, símbolos...)³⁸.

Nasceu, assim, a *documentação* como uma nova tecnologia ou agregado de procedimentos concebidos para organizar, analisar, descrever e anotar os documentos, opondo-se como tal à biblioteconomia e à arquivística. O seu timbre ou *ex-libris* distintivo consistiu, pois, no uso de técnicas não convencionais de organização e de análise não apenas de livros ou manuscritos, mas de documentos os mais díspares, e não tardou a expandir-se tanto no continente europeu, como, sobretudo, na América do Norte. E ao expandir-se gerou um tipo híbrido de profissional – o bibliotecário especializado – que não só chegou a fazer nítidas incursões na área «arquivo» das organizações (mantendo-se os arquivistas orgulhosamente apartados...), mas ainda a confundir-se com o chamado documentalista, congregado, nos EUA, em torno do *American Documentation Institute* (o ADI criado em 1937). Os dois tipos acabariam por se fundir na década de quarenta, prevalecendo, porém, a designação de documentalista, e desta forma foi recebida e vivenciada, no período subsequente à Segunda Guerra Mundial, o *boom* documental conotado com o extraordinário aumento da produção e uso de documentos, em especial nas áreas científico-técnicas, e com o rápido desenvolvimento de sistemas automáticos de armazenamento e recuperação da informação por assuntos. Esta conjuntura terá levado a que os documentalistas acentuassem a sua distinção dos bibliotecários «eruditos» ou generalistas e até dos especializados, que se foram aproximando imenso daqueles. Mas para certos autores estas oscilações corporativas são irrelevantes, merecendo, ao invés, especial destaque a transformação da *documentação* em *ciência da informação* ocorrida na *International Conference on Scientific Information*, que teve lugar em Washington no ano de 1958, resultante da cooperação do ADI, da FID, da National Academy of Sciences e do National Research Council.

A essa mutação terminológica correspondeu, aliás, logo nos inícios da década de sessenta, um esforço de reorganização institucional do campo científico, tanto pela criação de um periódico de referência e a abertura de novas linhas de pesquisa, como pela precisão conceptual através de definições suficientemente esclarecedoras. A definição supracitada de Harold Borko inscreveu-se, pois, nesse empenho clarificador, embora ficasse durante muito tempo por enumerar as aludidas propriedades da informação. Aspecto crucial do ponto de vista epistemológico porque é, no mínimo, estranho afirmar que uma ciência estuda as propriedades de determinado fenómeno e nada se adiantar sobre

³⁸ Cf.: Yves-François LE COADIC – *La Science de l'Information* (op. cit.) p. 20.

elas. Para Yves Le Coadic as «propriedades gerais» da informação seriam a natureza, a génese e os efeitos, ou seja, a *análise dos processos de construção, de comunicação e de uso da informação; e a concepção dos produtos e dos sistemas que permitem a sua construção, comunicação, armazenamento e uso*³⁹. Inspirados por pressupostos gnoseológicos e epistemológicos diferentes, discordamos deste tipo de «elenco» e, por isso, lhe contrapomos as seis propriedades atrás enumeradas.

A discordância ou a falta de consenso interno faz, aliás, ainda parte do estado da Ciência da Informação (CI) como mostram algumas reflexões actualizadas sobre o seu campo teórico-metodológico e respectivo estatuto de cientificidade, que o mesmo é dizer sobre a possibilidade de se constituir em uma área madura de conhecimento⁴⁰.

Contra a posição dos autores que enfatizam o estágio emergente e titubeante da CI, insurge-se Yves Le Coadic, tendo, por isso, investido na superação da falta de consenso interno, da indistinção fenomenológica e da respectiva invisibilidade no quadro complexo e difícil das ciências sociais. Fiel a esta estratégia afirma categórico ser a CI uma ciência, *produção consciente da espécie humana com origens bem definidas, um objecto e um conteúdo bem definidos, práticas facilmente identificáveis*⁴¹. Uma ciência configurada através da imagem da flor de modo assaz sugestivo: o centro da corola é partilhado (e dividido) pela CI e por um «bloco» que inclui a Biblioteconomia, a Documentação, a Museconomia e o Jornalismo – sublinhe-se a ausência da Arquivística; ao redor há sete pétalas distribuídas deste modo: Psicologia; Linguística; História; Epistemologia e Filosofia; Lógica, Estatística e Matemática; Informática, Telecomunicações e Electrónica; Sociologia e Antropologia; e, por último, uma pétala para Economia e Direito⁴². A imagem usada ajuda a identificar bem o objecto e enfatiza a noção de interdisciplinaridade até ao extremo do «atomismo» e da «incoerência». No centro da corola ao lado da CI definida como ciência aparece, por exemplo, a Biblioteconomia à qual Le Coadic – vimo-lo atrás – negou estatuto científico!...

Quanto ao método da CI, Le Coadic apresenta os conhecidos *métodos de análise dos documentos e da informação*, a saber: a catalogação, a indexação, o resumo e constelações de palavras, manuais de início e hoje cada vez mais informatizados, quantitativos uns, qualitativos outros

³⁹ Cf.: Yves-François LE COADIC – *La Science de l'Information* (op. cit.) p. 31.

⁴⁰ Esta problemática é abordada com mais pormenor e aprofundamento no já atrás referido livro, em preparação, intitulado *A Ciência da Informação: bases epistemológicas e modelo formativo*.

⁴¹ Cf.: Yves-François LE COADIC – *La Science de l'Information* (op. cit.) p. 116.

⁴² Cf.: Yves-François LE COADIC – *La Science de l'Information* (op. cit.) p. 519; e Yves-François LE COADIC – *La Science de l'Information* (op. cit.) p. 28.

e incidindo uns sobre o «paratexto» e outros sobre o texto⁴³. E acresce a isto, segundo o mesmo autor, a postulação de leis, comum, aliás, a todas as disciplinas nomotéticas⁴⁴, e a produção teórica, considerada por ele débil nestes termos: a CI *não tem infelizmente ainda uma teoria ou um conjunto de teorias que permita interpretar de maneira científica, racional, as leis e os modelos empíricos. Em matéria de informação a teoria foi sempre precedida pela prática. A teoria corre atrás dos factos para os compreender. Há atraso da teoria em relação ao empírico e sobretudo desconexão entre os dois*⁴⁵. E evoca, a propósito, a chamada «teoria matemática da informação», a teoria dos «mass-media», a «teoria da comunicação interactiva» formulada pela Escola de Palo Alto e a «teoria geral da bibliometria e dos processos cumulativos» proposta por Solla Price⁴⁶ aplicada especificamente à informação científica.

Apesar, porém, do meritório esforço desenvolvido, não consideramos o programa epistemológico proposto por Le Coadic suficientemente forte e capaz de forjar a maturidade científica da CI e de a tornar visível e investida de um papel legítimo no âmbito das ciências sociais e humanas. E o modo de se atingir esse desiderato não passa certamente pela «via reduzida» da regular «visitação» à literatura existente e ao estado actual da CI, mas pelo «salto» para a criação de um programa mais forte sujeito a críticas e a saudáveis revisões. A apresentação desse programa visa, contudo, abalar a falta de consenso interno e alertar para que se formem as condições vitais de uma unidade interna manifestamente madura.

A nossa proposta assenta, por isso, em opções fenomenológicas e epistemológicas algo provocatórias e «duras», sem deixarem de ser abertas e flexíveis. E a principal acha-se exposta atrás ao definirmos o objecto da CI, isto é, a **informação social** como fenómeno e processo e ao enumerarmos, com o detalhe possível, as respectivas propriedades – termo usado no início da definição de Harold Borko.

Tais pontos de partida conduzem-nos a uma configuração do campo da CI diferente da consubstanciada na imagem da flor de Le Coadic.

A configuração que propomos cabe no diagrama apresentado (Fig. 1) e dele ressalta, de imediato, a ideia de uma unidade transdisciplinar

⁴³ Cf.: Yves-François LE COADIC – *La Science de l'Information* (op. cit.) p. 70.

⁴⁴ Ao contrário das ciências históricas, jurídicas e filosóficas, a CI procurou formular leis, no sentido de relações quantitativas relativamente constantes e enunciáveis sob a forma de funções matemáticas que estabelecem relações universais e necessárias entre o aparecimento do fenómeno e as condições que o fazem aparecer, permitindo fazer previsões; mas igualmente no sentido de relações ordinais, de análises estruturais, etc. traduzido no meio da linguagem corrente ou da linguagem mais ou menos formalizada (lógica, etc.) (ver – Yves-François LE COADIC – *La Science de l'Information* (op. cit.) p. 73-74).

⁴⁵ Cf.: Yves-François LE COADIC – *La Science de l'Information* (op. cit.) p. 83.

⁴⁶ Cf.: Yves-François LE COADIC – *La Science de l'Information* (op. cit.) p. 83-84.

indivisível formada a partir da confluência dinâmica de três disciplinas práticas ou aplicadas: a Arquivística⁴⁷, a Biblioteconomia⁴⁸ (inclui a Documentação) e os Sistemas (Tecnológicos) de Informação, definidos pela respectiva Academia Britânica (United Kingdom Academy for Information Science) como uma *área multidisciplinar, abrangendo todas as actividades de nível estratégico, tático e operacional, relacionadas com a recolha, processamento, armazenamento, distribuição e utilização da informação, bem como com as tecnologias associadas a estas actividades, nas organizações e na sociedade*⁴⁹. Três ramos específicos de aplicação teórico-prática justificados por uma concepção sistémica do conhecimento informacional e congregados numa unidade científica orientada para um objecto preciso. Unidade que interage com um rico e variado universo interdisciplinar constelado em torno do mesmo objecto. E neste amplo leque de ciências sociais, humanas e naturais há algumas que se destacam como é o caso das Ciências da Comunicação pelo motivo acima indicado, das Ciências da Administração e Gestão, da Informática e Computação Electrónica e da História, Sociologia e Estudos Culturais que mantêm com a CI relações estreitas e privilegiadas e lhe acentuam, deste modo, a vertente interdisciplinar sem porem em causa, antes reforçando bastante, a matriz transdisciplinar e unitária.

Não pode passar sem comentário a inclusão da Arquivística como um ramo específico ou disciplina aplicada e parte integrante do campo científico (unitário) da ciência da informação, porque as suas consequências epistemológicas são profundas e relevantes. Desde logo por forçar a adopção da teoria sistémica, em princípio mais ajustada ao fenómeno e processo da informação social que o desarticulado *corpus* teórico acima invocado por Le Coadic. Depois por acentuar o papel do contexto e da organicidade estrutural na génese da informação produzida/recebida. E, enfim, por mostrar a função estratégica da informação na gestão das instituições/organizações. Com efeito, a denominada «gestão da informação» na óptica de certos especialistas em gestão organizacional é *actuar sobre o sistema de informação organizacional, concebendo-o, implementando-o e mantendo-o de acordo com os objectivos estratégicos das*

⁴⁷ Definida já como ciência de informação social, que estuda os arquivos (sistemas de informação (semi-)fechados), quer na sua estruturação interna e na sua dinâmica própria, quer na interacção com os outros sistemas correlativos que coexistem no contexto envolvente (cf.: Armando Malheiro da SILVA [et al.] – *Op. cit.*, p. 214).

⁴⁸ Definida assim: «Ciência y técnica de la organización que media entre un depósito de informaciones registradas y el uso individual o social que se hace de ellas» (Cf.: Enrique MOLINA CAMPOS – *Teoría de la biblioteconomía*. Granada: Universidad, 1995. p. 129).

⁴⁹ Cf.: Rodrigo MACALHÃES – «Sistemas de informação: definição, origens e perspectivas para Portugal». *Sistemas de Informação*. Guimarães. 6 (1997) 53.

DIAGRAMA DO CAMPO CIENTÍFICO
DA

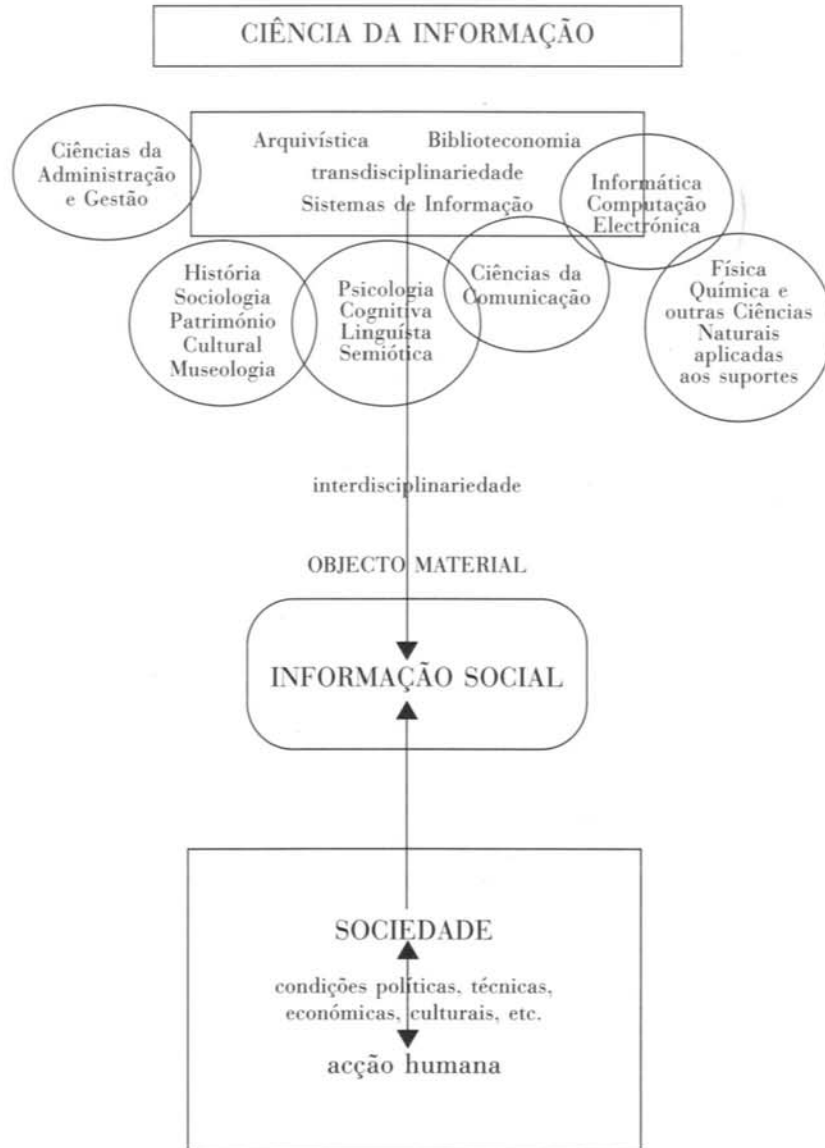
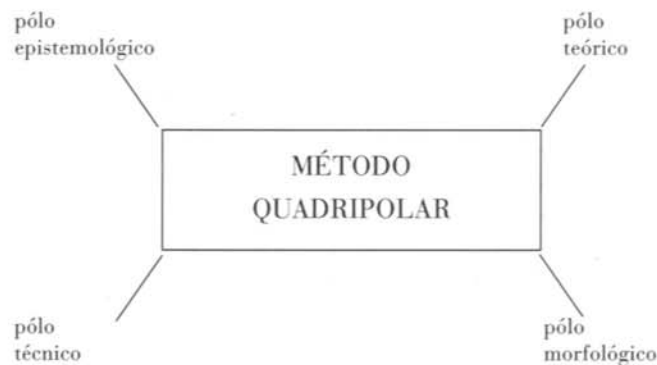


Fig. 1

*empresas e com as suas necessidades operacionais. Sendo o SIO um modelo da própria empresa, geri-lo é também uma das formas de gerir a empresa, utilizando o seu sistema estruturante mais flexível e nuclear no quadro envolvente actual*⁵⁰. Este prisma permite enlaçar a noção diacrónica e «estável» de Arquivo com a noção sincrónica e dinâmica de S(T)I, enriquecendo, assim, substancialmente o objecto material da CI.

No programa proposto abandonámos a noção fragmentada e inconsistente de método, ainda defendida por Le Coadic e polvilhada por um conjunto de técnicas avulsas, algumas das quais são produtos de um trabalho científico realizado (é o caso da classificação, da produção de catálogos, de índices, de tesauros, etc.) e não genuínos procedimentos metodológicos. Substituímo-la por uma concepção quadripolar ensaiada e testada na investigação qualitativa.

O termo qualitativo significa quer o tipo de dados que uma investigação produz, quer os modos de actuação ou postulados que lhe são correlativos. Dados e postulados cabem dentro de uma grelha de análise inspirada num modelo geral de compreensão da metodologia da investigação elaborado por P. De Bruyne, J. Herman e M. de Schoutheete em 1975⁵¹. Trata-se de um modelo de compreensão e de um método geral apelidado de quadripolar (Fig. 2).



Dinâmica de investigação inspirada no modelo topológico da prática metodológica de De Bruyne [et al.] (1975, p. 36)

Fig. 2

⁵⁰ Cf.: Carlos ZORRINHO – *Gestão da informação*. Lisboa: Editorial Presença, 1991. p. 75-76.

⁵¹ P. DE BRUYNE; J. HERMAN; M. DE SCHOUTHEETE – *Dynamique de la recherche en sciences sociales de pôles de la pratique méthodologique*. Paris: PUF, 1974. p. 36 e seg.

O método *quadripolar* é um dispositivo complexo de investigação ao serviço de um conhecimento que está longe de ser «unidimensional», de ser desprovido de variáveis ou de ser circunscrito apenas à tecnicidade dos procedimentos *standard* (ordenar, descrever a forma e o conteúdo informativo dos documentos, instalá-los e cotá-los), e que, bem antes pelo contrário, abarca toda a fenomenalidade informacional cognoscível. Vejamo-lo com algum detalhe:

Segundo este modelo, a investigação científica não pode ser restringida a uma visão meramente tecnológica ou instrumental, devendo ser perspectivada por forma a superar-se o debate «tradicional» entre «quantitativo» e «qualitativo» e por forma ainda a promover-se o fecundo intercâmbio interdisciplinar. Uma investigação que se cumpre em cada projecto e se reinicia, prolonga, corrige e supera no seguinte, implicando sempre a interacção global e a interdependência desses quatro pólos.

No *pólo epistemológico* – instância superior imbricada no aparato teórico e institucional, isto é, a comunidade científica dos especialistas em informação, as suas escolas, institutos, locais de trabalho e ainda os seus referentes políticos, ideológicos e culturais – opera-se, segundo Herman, a permanente *construção do objecto científico e a delimitação da problemática da investigação*⁵². Ocorre aí a reformulação constante dos parâmetros discursivos (a linguagem envolvida no processo científico e que *traduz através de simbolizações verbais ou não verbais (tais como os modelos matemáticos ou iconográficos), as crenças e os valores partilhados por um grupo de investigadores*⁵³), dos paradigmas e dos critérios de cientificidade (objectividade, fidelidade e validade) que regem todo o processo de investigação. A génese e a evolução deste pólo até à actualidade da CI tem sido objecto de alguns estudos panorâmicos retrospectivos e pelo exposto atrás podemos associá-lo à viragem ou transição do paradigma documental/patrimonial, custodial e tecnicista para o novo paradigma científico e pós-custodial.

No *pólo teórico* manifesta-se a racionalidade predominante no sujeito que conhece (se relaciona e se adequa com) o objecto, bem como a respectiva postulação de leis, formulação de conceitos operatórios, hipóteses e teorias (plano da descoberta) e subsequente verificação ou refutação do «contexto teórico» elaborado (plano da prova). Neste pólo, uma vez ajustado à investigação da informação social,

⁵² Cf.: Jacques HERMAN – *Les Langages de la sociologie*. Paris: PUF, 1983. p. 5.

⁵³ Cf.: Michelle LESSARD-HÉBERT; Gabriel COYETTE; Gérard BOUTIN – *Investigação qualitativa: fundamentos e práticas*. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. p. 17.

emerge a racionalidade indutiva e há «material» acumulado empiricamente que, à luz do paradigma de cientificidade aqui perfilhado, pode ser convertido em «contexto teórico» disponível para os projectos de investigação presentes e futuros. Mas a essa «herança» empírica é preciso juntar «material novo», a saber: a formulação das seis propriedades intrínsecas da informação, apoiada até agora nas leis infométricas difundidas através do «círculo» biblioteconómico e nos «quatro princípios ou leis» expostos pelos autores de *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*⁵⁴ em substituição dos velhos «princípios arquivísticos» (em rigor meras regras empíricas e rudimentares); e ainda modelos a seguir ou a mudar, havendo, pelo menos, dois que merecem particular referência e atenção.

Em vez das práticas metodológicas avulsas e empíricas e dada a natural inserção da CI no quadro das ciências sociais, impõe-se como modelo genericamente inspirador o esquema padrão de pesquisa formulado por Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt em sete etapas:

- 1.^a a pergunta de partida;
- 2.^a a exploração com leituras e entrevistas exploratórias;
- 3.^a a problemática;
- 4.^a a construção do modelo de análise;
- 5.^a a observação;
- 6.^a a análise das informações; e
- 7.^a as conclusões⁵⁵.

Este esquema é adaptado à CI em função das suas características basilares condensadas num *corpus* conceptual cerzido pelas contribuições teórico-metodológicas decisivas de algumas ciências mais próximas e essenciais como é o caso da Sociologia, da História Institucional, da História Cultural, das Ciências da Administração e Gestão e das Ciências da Computação e Informática.

Para além disto afigura-se-nos estratégica e vital a aplicação da teoria sistémica ao estudo científico da informação social e sua inserção no *pólo teórico*. Não se trata de uma novidade e a opção sugerida suscita certamente controvérsia, mas é inegável que através da teoria dos sistemas tem sido possível pensar a realidade natural, humana e social em moldes diferentes do «clássico», porque tendencialmente holísticos.

⁵⁴ Cf.: Armando Malheiro da SILVA [et al.] – *Op. cit.* p. 222.

⁵⁵ Cf.: Raymond QUIVY; Luc van CAMPENHOUDT – *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva, 1998. p. 30.

De acordo com a panorâmica global traçada por Piero Mella⁵⁶ há dois grandes grupos ou tipos de sistema, entendido este como conjunto de elementos identificáveis, interdependentes por um feixe de relações e que se perfilam dentro de uma fronteira⁵⁷: os sistemas organizados ou operatórios e os não organizados ou combinatórios. Aqueles definem-se pelos conceitos-chave da unidade, da organização e da estrutura e podem subdividir-se em dinâmicos, fechados e abertos, naturais e artificiais, redes modulares, autopoéticos, sistema geral e cognitivos conscientes. Os combinatórios caracterizam-se por três condições indispensáveis à sua existência: o macro-comportamento deriva da combinação de micro-comportamentos; estes devem ser condicionados pelo macro-comportamento; e têm de se produzir interações, *feedback*, entre micro e macro-comportamento.

No caso vertente do conhecimento científico da informação tem sido aplicado o tipo de sistemas organizados ou operatórios com destaque para os abertos e fechados⁵⁸, para os artificiais, para os autopoéticos e para o sistema geral, correspondendo estas diversas categorias a perspectivas diferentes que importa rever e aproximar. Com efeito, Molina Campos ao classificar a Biblioteca como sistema aberto⁵⁹ e os autores de *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação* ao pensarem o Arquivo como sistema (semi)fechado assentam ambos numa noção de sistema mais ampla e menos restritiva que a usada pelos especialistas de SI ou de TSI (tecnologias e sistemas de informação), tornando-se, por isso, urgente procurar denominadores comuns que desfaçam a actual e absurda distância entre uns e outros. Mas temos ainda de reconhecer como insuficiente a classificação de Arquivo, de Biblioteca e de TSI na categoria de sistemas organizados ou operatórios, porque a «envolvê-los», sobretudo aos dois últimos, há um complexo sistema não-orgânico ou combinatório formado também por outros micro-comportamentos específicos – as editoras, as livrarias, as produtoras discográficas, as empresas multimédia e a «massa» anónima e

⁵⁶ Ver: Piero MELLA – *Dai Sistemi al pensiero sistemico: per capire i sistemi e pensare con i sistemi*. Milano: Franco Agnelli, 1997. p. 32-128; ver também: José Maria JARDIM – *Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil*. Niterói-RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1995. p. 7-17.

⁵⁷ Cf.: Enrique MOLINA CAMPOS – *Op. cit.* p. 15.

⁵⁸ Genericamente, pode dizer-se que são fechados os sistemas cujas variáveis são endógenas e as leis são de tipo absoluto, não estando o seu comportamento sujeito a nenhuma espécie de influência que emane de variáveis externas. Os sistemas abertos singularizam-se pelo facto de nenhum aspecto do seu comportamento se achar determinado estritamente a partir de dentro (cf.: Armando Malheiro da SILVA – *Op. cit.* p. 42).

⁵⁹ Ver: Enrique MOLINA CAMPOS – *Op. cit.* p. 131-147.

heterogénea de consumidores – que compõem o mercado de «produtos culturais» (hoje cada vez mais invadido pelos chamados «conteúdos» em suporte electrónico), gerando este um macro-comportamento em constante *feedback* com os micro-comportamentos.

Uma pista possível para a desejável aproximação entre os três «casos» sistémicos referidos emerge de certas modelizações levadas a cabo por especialistas de SI, perfeitamente articuláveis com as actuais Bibliotecas e Arquivos vistos tanto pelo prisma serviço-instituição, como sobretudo pelo prisma orgânico-funcional. Se tivermos, por exemplo, em conta a generalizada interacção em qualquer entidade organizacional da estrutura orgânico-administrativa e do fluxo informacional há claramente Arquivo (sistema orgânico-funcional)⁶⁰. Por seu turno, a Biblioteca configura um modelo concreto de SI se encarada como sistema aberto de «produtos» informacionais vindos de fora, ou seja, da esfera orgânica dos autores e dos editores dentro de determinada comunidade nacional ou num espaço sem fronteiras (a aldeia global) através de uma vasta rede tecnocomunicacional.

No *pólo técnico* o investigador toma contacto, por via instrumental, com a realidade objectivada. No domínio da Arquivística e da Biblioteconomia, tal como têm sido praticadas, acumularam-se procedimentos técnicos de representação formal da informação/ documentação com vista ao armazenamento, transferência, recuperação e difusão. Impõe-se, porém, a revisão do alinhamento destas técnicas dispersas e avulsas, porque neste pólo se joga a capacidade probatória (verificação ou refutação do «contexto teórico») do dispositivo metodológico, que nada tem a ver com uma mera «listagem» arrumada/classificada intelectualmente (à revelia da lógica indutiva e à maneira de um processo dedutivo inconsequente). Consideramos, por isso, necessário destacar neste pólo três operações maiores:

1.^a Observação directa e indirecta⁶¹ (de casos ou de variáveis)

Recolha exaustiva dos elementos histórico-institucionais, normativos e reguladores, e caracterização da natureza e do funcionamento

⁶⁰ Cf.: Armando Malheiro da SILVA [et al.] – *Op. cit.* p. 214 e seg.

⁶¹ No quadro das técnicas científicas de exploração avulta a observação (entendida como sendo do tipo sistemático ou voluntário, isto é, organizada, pretendida e deliberada) directa e indirecta. A primeira acontece quando se toma nota dos factos, dos gestos, dos acontecimentos, dos comportamentos, das opiniões, das acções, das realidades físicas (por exemplo, as paisagens), enfim do que se passa ou existe num dado momento, numa dada situação; variantes; a observação participante ou não participante (observação visual), a observação geográfica, a psicossociologia ou exploração no terreno. A segunda incide nos indivíduos, nos comportamentos, nos grupos,

interno de qualquer Sistema de Informação (caso/casos⁶²), respectiva organização ou de qualquer tema supra/intercasuístico (variável/variáveis⁶³) através de diversas técnicas ou procedimentos, tais como o questionário/inquérito, a entrevista, a observação participante e ainda a elaboração de fichas exploratórias ou «bases de dados» operacionais constituídas a partir da própria memória institucional.

2.^a Experimentação⁶⁴

Num campo tendencialmente artificial, fechado e controlado (por contraste com o campo real, aberto e não controlado do estudo de caso), que se acentua em laboratório ou em ambiente computacional, é imprescindível a formulação clara de um problema, a descrição das técnicas de análise e apresentação dos instrumentos usados, dos equipamentos e meios científicos empregues. Se feita por amostragem apoia-se na análise estatística de acordo com a lógica dos testes de hipóteses⁶⁵.

3.^a Análise/Avaliação retrospectiva e prospectiva

(enunciado genérico)

Sujeitar os resultados da **observação** e/ou da **experimentação** a um rigoroso exame que permita generalizações e o estabelecimento de analogias científicas. Decorre deste investimento operatório a confirmação ou infirmação dos conceitos em uso, das hipóteses e teorias preparadas para cada projecto de investigação e, em última instância, os princípios gerais fixados no pólo teórico.

(enunciado complementar)

no passado, noutros locais (ontem ou hoje) ou, mais geralmente, em todos os tipos de dados existentes (por exemplo, os testemunhos escritos, figurativos ou registados) e supõe meios de investigação ou instrumentos de medida (por exemplo, a observação quantitativa), que permitem detectar factos intangíveis (por oposição, aos tangíveis, como um recenseamento ou uma enumeração): exemplos: a análise de conteúdo (indexação), as análises *ex post facto*, os «relatos de vida», etc. (cf. Bruno DESHAIES – *Metodologia da investigação em ciências humanas*, Lisboa: Instituto Piaget, 1997, p. 296-297).

⁶² Sobre o estudo de casos e a comparação multicaseos seguimos de perto a exposição de: Michelle LESSARD-HÉBERT; Gabriel GOYETTE; Gérald BOUTIN – *Op. cit.* p. 169-173.

⁶³ As variáveis em investigação informatológica são inúmeras e inscrevem-se no complexo sistémico composto pelo Arquivo, Biblioteca e S.(T.)I.

⁶⁴ Na acepção forte do termo postula uma hipótese e permite ao experimentador observar os resultados da manipulação das condições materiais da experiência. A hipótese deve ser formulada previamente e verificada com instrumentos de medida apropriados. Se necessário, os métodos matemáticos e estatísticos aplicam-se segundo a orientação que a experiência tomou (cf.: Bruno DESHAIES – *Op. cit.* p. 297).

⁶⁵ Cf.: IDEM, *ibidem*.

Esse «exame» rigoroso é literalmente a análise crítica com, pelo menos, duas importantes incidências: pode incidir sobre a informação propriamente dita (geralmente registada em um suporte) e toma, então, designações equivalentes ou sinónimas como «análise de conteúdo»⁶⁶, textologia⁶⁷ (ou análise de textos literários) ou diplomática (a «disciplina» auxiliar da História criada no século XVII por Dom Mabillon para estabelecer a verdade histórica através da avaliação de autenticidade – verdadeiro/original ou falso/não original – dos diplomas medievais conservados nos cartórios régios, senhoriais e eclesiásticos e, nas duas últimas décadas, aplicada aos documentos contemporâneos e electrónicos⁶⁸); e pode também incidir sobre o sistema todo aproximando-se, assim, dos modelos de análise organizacional desenvolvidos no âmbito da Ciência da Administração e da Gestão. Da «análise de conteúdo» resultam «produtos» meta-informacionais precisos como a indexação, o controlo de autoridade, a classificação, a inventariação e a catalogação formalizados no *pólo morfológico*. E porque se trata de uma operação crítica, a análise implica um juízo

⁶⁶ Em 1967, B. Berelson definiu análise de conteúdo como uma técnica de investigação para a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação (cit. por: Ana Luísa JANEIRA – «A Técnica de análise de conteúdo nas ciências sociais: natureza e aplicações». *Análise Social*. Lisboa. 2.ª série. 9:39 (1972) 370-399). Ver, sobretudo: María PINTO MOLINA; Carmen GÁLVEZ – «Análisis documental de contenido: procesamiento de información». Madrid: Editorial Síntesis, 1996; María PINTO MOLINA – «Análisis documental de contenido». In *Manual de información y documentación*. Coord. José López Yepes. Madrid: Ediciones Piramide, 1996. p. 300-323 e Blanca GIL URDICIÁN – «Lenguajes documentales II». In *Manual de información y documentación*. Coord. José López Yepes. Madrid: Ediciones Piramide, 1996. p. 354-374.

⁶⁷ Ver sobre esta modalidade metodológica, entre outros: Louis HAY; Péter NAGY – *Avant-texte, texte, après-texte*. Paris: Éditions du CNRS; Budapest: Akadémicis Kiadó, 1982.

⁶⁸ Ver, por exemplo: Manuel ROMERO TALLAFICO – *Diplomatica del documento contemporaneo: sus aportaciones para la valoración y selección en los archivos*. Sevilla, 1991 (texto dactilografado); Luciana DURANTI; Terry EASTWOOD – «Protecting electronic evidence: a progress report on a research study and its methodology». *Archivi & Computer*. Milano. 3 (1995) 213-250; Luciana DURANTI; Heather MACNEIL; William E. UNDERWOOD – «Protecting electronic evidence: a second progress report on a research study and its methodology». *Archivi & Computer*. Milano. 1 (1996) 37-69; Luciana DURANTI – «The Thinking on appraisal of electronic records: its evolution, focuses and future directions». *Archivi & Computer*. Milano. 6 (1996); Luciana DURANTI – «Reliability and authenticity: the concept and their implications». *Archivaria*. Ottawa. 39 (Spring 1995) 5-10; e ainda DLM-Forum, 1999 – *European citizens and electronic information: the memory of the information society: proceedings*. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 2000.

ou apreciação retro ou prospectiva se a situação informacional analisada já ocorreu num determinado contexto cronológico (retrospectiva) ou, ao invés, venha/possa ocorrer, sendo passível de previsão e de simulações prévias com possibilidade de escolha da mais adequada (prospectiva). Daí, pois, o termo avaliação para exprimir a súmula final de um processo metodológico iniciado com a observação no terceiro pólo e terminado necessariamente no quarto pólo.

A eficácia destas operações, em que anda implícita, pelo menos em algumas delas, a lógica da explanação⁶⁹, reflecte-se de imediato no *pólo teórico* e, em especial, no *pólo morfológico*. Neste quarto e último pólo assume-se por inteiro a análise/avaliação e parte-se não só para a representação exaustiva do objecto científico, mas também para a exposição de todo o processo que permitiu a sua construção relativamente à função de comunicação⁷⁰. Trata-se da organização e da apresentação dos dados, devidamente crivados no *pólo teórico* e aferidos no *pólo epistemológico*, o que ilustra, aliás, o pendor interactivo da investigação quadripolar.

Daqui deve resultar uma posição algo «atomizada» na explicação e uma posição holista na compreensão. Note-se que o conhecimento da informação (fenómeno e processo) se compatibiliza com ambas as posições, assumidas em simultâneo. Com efeito, a dinâmica da investigação visa isolar, pela explicação, invariantes ou propriedades universais e axiomáticas – causalidade externa –, enquanto pela compreensão procura alcançar um significado totalizante do processo informacional – causalidade interna. E estas duas posições essenciais do *pólo morfológico* concentram-se na parte ou pólo precedente que enquadra a apresentação dos instrumentos de acesso e que corresponde ao estudo da informação social propriamente dito, sem o qual, aliás, tais instrumentos perdem toda e qualquer pertinência científica.

Consumada no quarto pólo a exposição de todo o processo que levou à construção do objecto científico, pode reiniciar-se o ciclo dinâmico de investigação quadripolar, a qual propende visivelmente para a acumulação em espiral do conhecimento construído.

⁶⁹ Ver: *Theories of explanation*. Ed. by Joseph C. Pitt. New York; Oxford: Oxford University Press, 1988. p. 9-46, 75-118, 156-187.

⁷⁰ Michelle LESSARD-HÉBERT; Gabriel COYETTE; Gérald BOUTIN – *Op. cit.*, p. 23. Sobre este pólo, DE BRUYNE [*et al.*] (*op. cit.*, p. 161) adiantaram que ele ajuda a libertar um campo de «interobjectividade», em que a crítica intersubjectiva dos investigadores pode desempenhar um papel aferidor. Ultrapassa-se, deste modo, o empirismo fragmentário e o diletantismo, e molda-se um espaço de linguagem comum.

A exequibilidade deste modelo no campo científico da informação é um tópico incipiente e em aberto, imprescindível, porém, no âmbito do programa forte alternativo que ousamos lançar para reflexão, debate e ensaio teórico-prático. Daí que retornemos ao tema específico com que iniciámos esta comunicação e tentemos desenhar, em jeito de esboço, a aplicação metodológica da operação análise/avaliação num quadro teórico sistémico particularizado pelo Arquivo e em estreita articulação com o factor memória perspectivado não em moldes passadistas e estáticos, mas dinâmicos de presente e futuro – um factor precioso para o indispensável pensamento estratégico organizacional.

3 Avaliação, sistema e memória

A mudança de paradigma «registada» no *pólo epistemológico* e a consequente defesa de uma CI madura e reconfigurada epistemologicamente afastam-nos da visão ainda dominante e prevalecente sobre a «avaliação da documentação de arquivo» de que deixámos alguns exemplos cabais no primeiro ponto. Visão parcelar e redutora que obedece a um paradigma diferente do científico e pós-custodial e, por isso, bastante desajustada das exigências actuais e futuras da sociedade da informação.

O paradigma emergente que rege a reformulação teórico-prática aqui proposta exige racionalidade, coerência e consistência. Não podemos, pois, continuar a conceber a avaliação, a triagem à francesa ou a «selecção documental»⁷¹ como uma importante operação técnica e actividade profissional exclusiva do arquivista, quando ela, afinal, só adquire plena inteligibilidade metodológica num esquema quadripolar centrado na produção de pesquisa e de conhecimento científico que está para além do nível meramente empírico e prático do trabalho arquivístico e abrange ainda a problemática biblioteconómica e a dos sistemas (tecnológicos) de informação.

Inserida no *pólo técnico* a avaliação é indissociável da análise e precedida pela observação e eventualmente pela experimentação, sofrendo todas estas operações a influência decisiva dos *pólos epistemológico e teórico*, no qual deve doravante ficar «inscrita» a teoria dos sistemas e sujeita, assim, a um natural e imprevisível processo de validação ou refutação e substituição por novos modelos e hipóteses. E enquanto aí prevalecer a teoria sistémica a avaliação terá de incidir forçosamente sobre o(s) sistema(s) de informação e seus res-

⁷¹ Na aceção empregue por Aida Mendoza Navarro atrás citada.

pectivos problemas. Sobre qualquer tipo de sistema: orgânico/operatório ou não-orgânico/combinatório; (semi)fechado ou aberto; estruturado humana e socialmente ou cingido a um «ambiente» informático... Há, assim, a possibilidade de analisar/avaliar um sistema Arquivo, um sistema Biblioteca ou um S. I. da era electrónica e digital tanto num enfoque retro como prospectivo. Note-se, aliás, que este último surge hoje cada vez mais incorporado nos anteriores, que possuem, assim, uma espessura sistémica mais rica e complexa.

Interessa-nos, aqui, enfatizar a vertente arquivística e é, por isso, natural que nos detenhamos apenas na avaliação do Arquivo como sistema (semi)fechado de informação sem esquecer quer a importância de uma observação rigorosa e de uma análise conduzida a partir dos dados colhidos na operação anterior, quer o erro muito comum de «isolar» a chamada «documentação electrónica» que é tão somente informação em suporte electrónico gerada/gerida num ambiente micro-sistémico – os S(T)I – indissociável de todo o Arquivo e da respectiva organização. Convém ainda notar que a avaliação é desenvolvida já não com o único e supremo fim de eliminar para conservar documentação/informação, nem tão pouco o de seleccionar para eliminar, mas o de conhecer o sistema informacional (e através deste e de outros casos vai sendo possível a extrapolação universalizante para o estudo global do fenómeno/processo matizado nas referidas propriedades intrínsecas), de equacionar problemas relativos ao seu funcionamento e/ou de reconfigurar a sua *performance* no futuro imediato ou mediato. Trata-se, sem dúvida, de uma significativa alteração de prisma, embora prevaleçam certos procedimentos válidos e eficazes justificados pelo prisma anterior e ainda dominante. Portanto, nem tudo se perde, algo se aproveita e transforma...

Partamos, então, da seguinte definição: *Arquivo é um sistema (semi) fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois factores essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricado nos anteriores*⁷². Não temos, pois, Arquivo-Fundo e, separadamente, Arquivo-Serviço, o que na prática conduziu a uma sobrevalorização absurda dos Arquivos Nacionais, Públicos ou Definitivos/«Históricos» como objecto da Arquivística («ciência» dos Arquivos...), mas sim uma totalidade inseparável – Arquivo-Sistema (estrutura, memória e serviço/uso). Vejamos em pormenor as «partes» deste todo⁷³.

⁷² Cf.: Armando Malheiro da SILVA [et al.] – *Op. cit.* p. 214.

⁷³ Segue-se, no corpo do texto, a reprodução com ligeiras adaptações e pontuais correcções de: Armando Malheiro da SILVA [et al.] – *Op. cit.* p. 214-216.

Se considerarmos, apenas, o factor estrutura orgânica (a organicidade) verifica-se que o Arquivo, sistema (semi-)fechado de informação, pode assumir duas configurações precisas:

Unicelular – todo o sistema que assenta numa estrutura organizacional de reduzida dimensão, gerada, por uma entidade individual ou colectiva, sem divisões sectoriais para assumir as respectivas exigências administrativas. Note-se que este tipo de sistema é permeável a uma forte pressão integradora, que leva à constituição de sistemas patrimoniais complexos, onde a informação arquivo se interliga com a informação biblioteconómica e com a museológica;

Pluricelular – todo o sistema que assenta numa média ou grande estrutura organizacional, dividida em dois ou mais sectores funcionais, podendo mesmo atingir uma acentuada complexidade. No caso de algumas entidades industriais, financeiras e governamentais surgem subsistemas dotados de certa autonomia orgânico-funcional, com reflexos no modo prático de gestão da informação. Note-se, contudo, que se podem, também, formar subsistemas, tendo por base estruturas unicelulares (é o caso das pessoas e de certo tipo de famílias).

Mas estas duas configurações possíveis decorrem, apenas, do factor *estrutura orgânica*, insuficiente para que possamos ter, na sua plenitude, um sistema de informação – arquivo total. Para isso, há que ter em conta a actuação, conectada com a estrutura, do factor *serviço/uso* (a funcionalidade), de que resultam os tipos seguintes:

Centralizado – todo o sistema (unicelular ou pluricelular) que opera o controlo da sua informação através de um único centro (onde se concentra fisicamente toda a informação) e que baseia o tratamento da mesma em critérios funcionais, ideográficos ou outros, que determinam a organização dos documentos e a elaboração de instrumentos de acesso;

Descentralizado – todo o sistema pluricelular que, para obter maior eficácia, opta por um controlo da sua informação através da atribuição de autonomia aos seus vários sectores orgânico-funcionais e aos subsistemas, quando existem, e por um tratamento documental devidamente ajustado à descentralização praticada.

Deverá ainda entender-se por arquivo **activo** aquele em que existe um regular funcionamento ou actividade da respectiva entidade pro-

ditora. Nesta situação, o arquivo tanto poderá fixar-se, materialmente, no seu *habitat* de origem (isto é, no seio da entidade produtora), compreendendo naturalmente a fase genésica ou de criação da informação e a fase pós-genésica ou estável (em vez do artificial ciclo de vida dos documentos ou «teoria» das três idades – corrente, intermédia e definitiva – concebida empiricamente só para legitimar a incorporação e custódia físicas nos Arquivos Definitivos ou Públicos), como poderá estar, fisicamente, desmembrado. Até agora tem-se aceite, sem qualquer sombra de contestação, que há um ciclo vital do documento (sobretudo administrativo) facilmente divisível em três fases e ininterruptamente renovado pela contínua actividade da entidade produtora. No entanto, se atendermos, de novo, à prevenção de Elio Lodolini, invocada atrás, verifica-se que há um contexto de criação/produção de historicidade indelével⁷⁴ e de durabilidade variável (um processo administrativo, judicial, urbanístico, etc. enquanto percorre os trâmites legais e normais da sua formação e conclusão convoca por inteiro o respectivo contexto orgânico-funcional) e depois, sem perda de vínculo a esse contexto genésico e originário, há um contexto de memória/uso que só deve conter a informação autêntica (em sentido orgânico), pertinente e densa, indispensável a operacionalizar a gestão organizacional no presente e no futuro através das «lições» de um passado mais ou menos longínquo. Há, assim, duas fases interligadas que dispensam a «idade intermédia», exigida apenas por imposição jurídico-administrativa e perfeitamente «localizável» no contexto memória até à data estipulada para a regular eliminação ou, melhor ainda, reduzida em termos quantitativos logo no acto de produção informacional como nos ensina a experiência anglo-americana do *records management*.

Um arquivo **desactivado** corresponde a uma situação diferente, porque já não pertence a um organismo em pleno funcionamento.

⁷⁴ Significa isto que não há, de modo algum, perda de valor administrativo, porque tal valor, mentalidade e prática formal modelaram profundamente a informação na sua origem. Tal valor, se não for apagado através da destruição do suporte, mantém-se sempre vivo, haja ou não uma frequência ou taxa de uso elevada, seja ou não o utilizador predominante um funcionário administrativo, um cidadão interessado ou um investigador externo. O equívoco existente decorre de uma confusão grosseira: confunde-se valor administrativo com especificidade de qualquer criação/produção informacional. Exemplo: enquanto se produz um texto a sua leitura/consulta assume características naturalmente diversas das que enformam a leitura/consulta de um texto concluído/fixado (e finalizado o acto a que se reporta), mas isto não implica a perda da historicidade originária, porque a informação social possui propriedades intrínsecas universais e constantes independentemente do respectivo quadro sistémico de origem e evolução.

A entidade produtora do arquivo cessou a sua actividade ou foi extinta, pelo que todo o sistema ficou encerrado ou estático. Nesta situação, a tendência mais comum é a da transferência dos arquivos desactivados para outros, os **especializados** ou **centros de arquivos** (Arquivos Nacionais, Públicos, Definitivos ou «Históricos»), que têm a função de enquadrar os conjuntos documentais que incorporam. Mas, uma vez aí, os arquivos desactivados devem permanecer como entidades individualizáveis, não se misturando ou «encaixando» em quaisquer novas estruturas. Pelo contrário, mantêm a sua unidade e organicidade próprias e, a título de exemplo, podemos indicar o caso das empresas e das associações, quer públicas, quer privadas, cuja informação arquivística própria se conserva em Arquivos Municipais, Distritais ou até mesmo no Arquivo Nacional. Por último, convém ainda não esquecer a tendência, também muito comum, da incorporação de arquivos desactivados em arquivos activos, cujas entidades produtoras herdaram funções e competências dos organismos extintos. Assim, os arquivos activos albergam os desactivados como subsistemas. Nesta situação é obviamente condenável a diluição de um arquivo desactivado num activo, devendo-se respeitar escrupulosamente a sua integridade orgânico-funcional.

A vigência do modelo romântico, nacionalista e centralizador, desenvolvido na Europa após a Revolução Francesa (1789), justificou a criação de médias e grandes estruturas especializadas na concentração, na custódia e na divulgação de cartórios autónomos (arquivos) num mesmo espaço privilegiado de memória, indispensável à História da Nação. Essas estruturas – produto da Modernidade – foram concebidas artificialmente e como tal se mantêm sob a forma híbrida de arquivo especializado, definindo-se este como todo o sistema pluricelular criado especialmente para incorporar, salvaguardar e divulgar qualquer arquivo desactivado ou ainda para incorporar informação considerada sem interesse administrativo («valor primário») proveniente de organismos em plena actividade. Note-se que há sistemas pluricelulares activos, que por razões estruturais próprias, se podem assumir, cumulativamente, como especializados (é o caso do Arquivo Municipal).

A grande ênfase posta neste tipo artificial (e percentualmente reduzido) de sistema ficou sintetizada por Antonia Heredia Herrera no seu manual ao consagrar em absoluto as três funções essenciais do Arquivo: recolher, conservar e servir⁷⁵!... Funções inscritas no paradigma documental, custodial e tecnicista em crise e, por isso mesmo,

⁷⁵ Cf.: Antonia HEREDIA HERRERA – *Op. cit.* p. 133.

«estranhas» ao paradigma científico e pós-custodial emergente em que o estudo dos sistemas especializados (tanto Arquivos Públicos, como Bibliotecas Públicas e até Especializadas) segue uma orientação diversa da prevalecente, muito direccionada ainda para as questões e práticas de economia, gestão e liderança administrativa dos serviços/instituições Arquivo ou Biblioteca. Embora importantes, estes tópicos não têm a relevância científica que possui a problemática do comportamento informacional (vulgo «estudos de utilizadores») na sua relação com outras áreas (ciências cognitivas e Sociologia) e abordada através da análise e modelização dos interesses e das formas de acesso assumidas pelos utilizadores.

Os sistemas especializados são, sem dúvida, «laboratórios» para levar a cabo pesquisas experimentais no domínio comportamental da informação. São também o único espaço onde é possível encontrar, em depósito, arquivos desactivados que aguardam o indispensável estudo científico através do método quadripolar acima exposto, sendo possível aplicar no *pólo técnico* a análise/avaliação na sequência da observação a fim de que, no *pólo morfológico*, possam ser expostos e difundidos os resultados quer de estudos de casos, quer de outros tipos de estudos sobre temas e problemas transversais a todo o fenómeno/processo informacional.

Mas se privilegiarmos os estudos de casos respeitantes a arquivos desactivados com origens mais ou menos remotas defrontamos, de imediato, com o cariz predominantemente aleatório do(s) motivo(s) que leva(m) à preservação ou à destruição desses inúmeros e díspares sistemas (semi)fechados, tantos quantas as entidades individuais ou colectivas, públicas ou privadas aptas a produzir/receberem informação. Verifica-se, geralmente, que a decisão de incorporar em Arquivos-sistemas especializados deriva apenas da soma acidental de vontades singulares e de circunstâncias fortuitas e a mesma combinação de idênticos factores tem provocado a decisão contrária, ou seja, a destruição pura e simples, porque não é fácil, nem possível estabelecer um dispositivo jurídico tão rígido e extensivo que leve o Estado a promover a conservação de todos os arquivos privados e públicos. Para se acautelar a «decisão mais correcta» tem sido usado, em diferentes conjunturas e países, o dispositivo jurídico-legal de acordo com critérios patrimonialistas inscritos em uma lógica político-cultural fundada no «espírito» iluminista, romântico e nacionalista em nome do qual se consideram valiosos certos arquivos e irrelevantes outros. Mas também esta solução se tem revelado frágil e contraditória, pelo que permanece incontável a «selecção natural» do infinito rol de memórias pessoais e

institucionais que formam no espaço e ao longo do tempo o «património» menmónico de uma sociedade. Retomaremos este tópico da memória um pouco mais adiante porque ele é crucial à defesa do nosso ponto de vista.

Importa agora acentuar que perante os arquivos desactivados (incorporados, possivelmente, em sistemas especializados) o arquivista/cientista da informação orientado na busca de um conhecimento rigoroso e universalizante (atingível a partir da «exploração» cada vez mais ampla e fina das propriedades intrínsecas ao seu objecto material) tem forçosamente de reconstituir ou devolver o «caso» ao contexto (perspectiva que, apesar de decorrer do bom senso, encontra plena cobertura lógico-dedutiva na teoria e pensamento sistémicos inseridos no *pólo teórico* em substituição da «teoria» ainda prevalente – a proveniência, a ordem original, as três idades ou ciclo documental, os valores primário e secundário –, mas a «erradicar» num futuro mais ou menos próximo) e para isso aplica, no *pólo técnico*, a observação e a análise/avaliação, operações acima enumeradas, com vista a uma compreensão global do caso e, conseqüentemente, a equação de problemas específicos como, por exemplo, o da dimensão e fluidez correcta da respectiva memória.

Embora, aliás, não seja muito comum colocar relativamente a arquivos desactivados e «antigos» (e muito menos aos de natureza pessoal e familiar) a questão da eliminação de determinados actos informacionais (contidos em documentos simples, compostos e séries)⁷⁶, ela

⁷⁶ Empregamos, aqui, o modelo conceptual proposto por: Fernanda RIBEIRO – «O Acesso à informação nos arquivos». *Os Instrumentos de acesso à informação*. Porto: 1998. vol. 2, p. 7-45 (dissertação de doutoramento em Arquivística, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto). A autora viu-se obrigada a rever e definir conceitos básicos relacionados com a noção operatória de «unidade arquivística» para melhor analisar/avaliar os tipos de instrumentos de acesso (guias, listas de incorporação, quadros de classificação, inventários, catálogos e índices) aos mais diversos sistemas de informação-arquivo (incorporados ou não em sistemas especializados). E neste sentido partiu do elemento mais ínfimo até à mais vasta unidade arquivística, já que entendemos o arquivo como algo que se constitui e cresce a partir de uma acumulação progressiva e não como um conjunto que se decompõe em partes, de uma forma hierarquizada, para, assim, apresentar alguns conceitos operatórios que aplicaremos, de seguida, na explicitação do modelo teórico dos níveis de análise arquivística. ACTO INFORMACIONAL — conjunto de dados que formam uma unidade de informação, traduzindo um acto jurídico, administrativo ou de outra natureza, ou um facto, e que se materializam na forma de um documento simples (por exemplo, uma acta, um assento de baptismo, um relatório, uma factura, um foral, etc.). O acto informacional (=unidade de informação), embora seja considerado na sua materialidade (informação fixada

impõe-se naturalmente e pode ser equacionada através da avaliação por parâmetros em relação a objetivos, que se aplica a qualquer arquivo activo e tende a superar a dicotomia empírica e redutora do valor primário (administrativo) e secundário (interesse para o historiador e utilizador externo ao sistema) mediante a substituição de um prisma dicotómico por um prisma cumulativo (o sentido original legado pelo produtor suscita e coexiste com uma infinidade de «mais-valias» semânticas de um número ilimitado de leitores/utilizadores).

A avaliação por parâmetros científicos tem uma incidência específica no fluxo da informação em determinado sistema (semi)fechado (organizado ou operativo), sujeito obviamente a uma rigorosa caracterização como unicelular ou pluricelular e até subsistémico, como

num suporte), não pode deixar de ser também apreendido na sua essência, ou seja, desligado do suporte, pois enquanto tal é passível de análise (é cognoscível), de transferência para um outro suporte e de representação formal (em termos de indexação, por exemplo). DOCUMENTO — a mais ínfima unidade arquivística, constituída por um ou mais actos informacionais fixados em suporte(s) e indivisível, do ponto de vista arquivístico, pode assumir a forma de documento simples, quando contém apenas uma unidade de informação (um só acto), ou a forma de documento composto, quando é constituída por mais do que uma unidade de informação, em suportes distintos, ou seja, por documentos simples (actos informacionais associados e com significado apenas nessa condição). [...] SÉRIE ARQUIVÍSTICA — unidade arquivística, constituída por documentos da mesma tipologia, produzidos em série, como resultado de uma mesma actividade ou função. As séries podem subdividir-se em subséries, correspondendo a tipos mais específicos dentro da tipologia geral que lhes dá homogeneidade. Poderá haver séries de actos informacionais (por exemplo, de assentos de baptismo, em livros), de documentos simples (por exemplo, de contratos de arrendamento, tendo cada um suporte próprio) ou séries de documentos compostos (por exemplo, séries de processos de obras). ARQUIVO — a mais vasta unidade arquivística, caracterizada por dois factores — a estrutura orgânica e função serviço/uso — e materializada em documentos simples ou compostos, que podem ter uma existência singular ou um carácter repetitivo, constituindo, neste caso, séries arquivísticas de tipologia uniforme. De acordo com a complexidade da estrutura orgânica e das funções, o arquivo pode subdividir-se em secções e subsecções (cf.: Fernanda RIBEIRO — *Op. cit.* p. 31-33). Este modelo está claramente sintonizado com o paradigma científico e pós-custodial em que emerge plenamente a centralidade da informação social, ao contrário da divisão em seis «elementos característicos dos documentos» — suporte, forma, formato, género, espécie e tipo — que acusa influência diplomatística e está subordinado ao paradigma documental, custodial e tecnicista (ver — Janice GONÇALVES — *Como classificar e ordenar documentos de arquivo: oficina realizada no dia 8 de novembro de 1997 pela AAB/SP — Associação dos Arquivistas Brasileiros/Núcleo Regional de São Paulo, como resultado do Projeto «Como Fazer»*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. p. 19).

centralizado ou descentralizado, e enfatiza, por isso, três tipos de indicadores a obter com o máximo de coerência e objectividade possíveis:

- a **pertinência**, que significa literalmente *pertença* à acção de alguém ou entidade, pode ser mensurável, em termos informacionais, através do trinómio *objectivos*, essenciais (razão de ser) + *estrutura orgânica e competências/funções* + *memória*, numa gradação de três níveis (A, B e C), correspondentes a uma relação directa, indirecta ou periférica, dos actos informacionais com o trinómio enunciado;
- a **densidade**, que significa à letra qualidade daquilo que é denso, espesso, compacto, implica, em termos informacionais, saber se um acto ou documento é primário/original, com/sem duplicação/cópia exacta, ou se é secundário (resumo ou síntese, parcela e acumulação de documentos primários/originais), com/sem duplicação/cópia;
- a **frequência**, que significa repetição amiudada de actos ou sucessos é entendida, aqui, como quantificação da periodicidade de uso/acesso à informação, quer na fase de produção/recepção (fase genésica ou decisória, chamada também corrente ou administrativa), quer na fase imediatamente posterior (fase estável, pós-genésica e pós-decisória, que é perene e definitiva, assim como progressivamente mais aberta a um acesso externo ao sistema arquivo), podendo os resultados a obter em ambas as fases esclarecer-nos cabalmente sobre se há ou não um «uso intermédio» (muito discutível) e ainda se é verdade ou não que a Administração perde totalmente a necessidade de acesso a informação com mais de quarenta anos de idade. (ver Anexo 1)

Retoma-se aqui a refutação da «teoria» das três idades. Até demonstração em contrário, só é possível, com rigor, determinar as duas fases acima referidas, não havendo necessidade objectiva de distinguir na fase estável, pós-genésica, pós-decisória e definitiva a pretensa «idade» intermédia, absolutamente artificial, porque ela só se verifica naqueles documentos simples, compostos e séries passíveis de serem eliminados e protegidos até esse momento por um prazo legal variável de preservação (5 a 40 anos na legislação portuguesa) fixado nas denominadas «tabelas de temporalidade»⁷⁷ publicadas em bole-

⁷⁷ Ver: Rose Marie INOSOJA - *Tabelas de temporalidade na USP: manual de elaboração*. São Paulo: Universidade de São Paulo; CODACE, 1996; e Rose Marie INOJOSA - «Gerenciamento de documentos: avaliação». In *Seminário nacional de arquivos universitários*, 1, Campinas, 1991 - *Atas*. Campinas: UNICAMP, 1992. p. 261-271.

tins oficiais. Não vemos, de facto, qualquer vantagem prática e muito menos científica na publicação dessas longuíssimas tabelas, de maneio por vezes mais difícil que o das «listas telefónicas», onde se «arrola» toda a informação (tanto eliminável, como conservável) produzida/recebida pela entidade, quando o que possui interesse para o conhecimento do sistema informacional e que merece ser divulgado com «chancela» jurídica é tão somente a destruição dos «desperdícios informacionais» avaliados rigorosamente como tais. A restante informação de conservação definitiva (no mesmo ou em suporte diferente) deve manter-se acessível através dos instrumentos de pesquisa (guias, inventários, catálogos, etc.) que, mais ou menos desde a sua criação/recepção, a tornam facilmente reproduzível e comunicável.

Os indicadores expostos têm de ser enfatizados e cruzados de modo a conseguir-se uma «leitura» global e científica, análoga, aliás, à já obtida estatisticamente pelas leis infométricas ou bibliométricas⁷⁸.

Não será, certamente, necessário insistir muito, por demasiado óbvio, que a «leitura» global e científica pretendida assenta na aplicação intensiva das operações da observação e, sobretudo, da análise/avaliação com as suas técnicas e procedimentos metodológicos acessórios acima enumerados. Mas convém determo-nos um pouco nos parâmetros apresentados a fim de que possam ficar esclarecidos os contornos da cientificidade postulada e da diferença entre o «modelo de avaliação» aqui proposto e o tradicional, ainda vigente.

O primeiro parâmetro – pertinência – pressupõe uma exaustiva e profunda recolha de dados indispensáveis a uma caracterização estrutural (orgânico-funcional) da Organização (ou entidade), que normalmente os organigramas e os fluxogramas⁷⁹ ajudam imenso a ilustrar, e a uma análise/avaliação criteriosa que o arquivista deve assumir

⁷⁸ Ver uma sinopse propedêutica destas leis em: William TURNER – «Infométrie». In *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation* (op. cit.) p. 294-297; Christian DUTHEUIL – «Bibliométrie». In *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation* (op. cit.) p. 72-75; Leo EGGHE – «Loi de Bradford». In *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation* (op. cit.) p. 390-392; Yves-François LE COADIC – «Loi de Lotka». In *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation* (op. cit.) p. 392-393; Thierry LAFOUGE – «Loi de Zipf». In *Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation* (op. cit.) p. 393-394.

⁷⁹ Sobre o modo de representar o *workflow* (fluxo) informacional numa organização seguimos os ensinamentos de: Rui Manuel Dinis de SOUSA – *Técnicas de modelação de processos para a redefinição de processos organizacionais (bpr)*. Braga: Departamento de Informática, Escola de Engenharia, Universidade do Minho, 1997. (Dissertação submetida à Universidade do Minho para obtenção do grau de Mestre em Informática de Gestão, sob a orientação do Doutor João Álvaro Carvalho).

sem receio, nem complexos, com humildade científica e, ao mesmo tempo, com a serena consciência de quem não pára de se dotar dos meios e recursos teórico-metodológicos imprescindíveis a um conhecimento sempre mais completo e amplo do seu campo de estudo. Com isto, porém, não pretendemos sequer insinuar que a referida «missão» arquivística seja «isolada» ou desenvolvida fora de uma participação interdisciplinar com outros interlocutores. Num arquivo activo a participação dos administrativos, gestores e outros intervenientes no processo informacional e organizacional não deve ser fortuita, nem tão pouco decorativa. Deve constituir uma prática regular e normal concretizada tanto informal, como formalmente: disponibilidade fácil e espontânea para dar entrevistas, responder a inquéritos e integrar pesquisas comuns; e, de modo mais formal, integrar grupos de trabalho sectoriais ou uma Comissão Consultiva representativa de toda a entidade, mas com competências e objectivos algo diferentes das «Comissões Centrais e Sectoriais de Avaliação» propostas por Ieda Pimenta Bernardes⁸⁰ ou da solução centralista do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo⁸¹ e bastante

⁸⁰ Ver: Ieda Pimenta BERNARDES – *Como avaliar documentos de arquivo* (op. cit.) p. 19-21. Segundo esta autora é recomendável que faça parte da Comissão de Avaliação um técnico superior da área específica de competência do órgão, um procurador ou assessor jurídico e um arquivista, composição mínima razoável que não nos suscita reservas, nem discordância. Já o mesmo, porém, não sucede com algumas das competências atribuídas à Comissão Central de Avaliação de Documentos (CCAD) e às Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos (CSA), sobretudo por causa do seu carácter demasiado deliberativo e burocratizado em detrimento de uma feição mais consultiva com feição vinculativa e científico-técnica. Na prática, tais Comissões servem, muitas vezes, para desresponsabilizar legalmente o arquivista de uma «missão» incómoda e, ao mesmo tempo, para tutelá-lo e subestimá-lo na sua capacidade científica de avaliação. É curioso notar a atitude diferente que administrativos, juristas e gestores assumem face a um engenheiro informático de gestão: as suas soluções e propostas mesmo que impliquem a eliminação a curto ou médio prazo de toda a memória electrónica constituída são em geral aceites como ditames inquestionáveis de um «feiticeiro» investido de poderes sagrados... Estranha atitude perante um profissional que face ao paradigma científico e pós-custodial perfilhado neste trabalho é indissociável e equiparável ao arquivista!...

⁸¹ O órgão de coordenação arquivística em Portugal, denominado Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (IAN/TT), editou recentemente dois estudos sobre a avaliação e a gestão documental, a saber: Cecília HENRIQUES; Francisco BARBEDO; Luís MONTALVÃO – *Manual para a gestão de documentos*. Coord. Madalena Garcia, Maria João Pires de Lima. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1998; e Ana Maria Sarmento PÓVOAS; Cecília HENRIQUES; Maria João Pires de LIMA – *Orientações técnicas para avaliação de documentação acumulada*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 1999. Neste último pode-se ler logo na introdução o seguinte: «[...] Cada organismo deverá integrar e adaptar

próximos do *método participativo de conhecimento e avaliação da informação – pca-info* defendido por Rose Marie Inojosa⁸².

Coordenar e tutelar é algo bem diverso que participar interdisciplinarmente e por isso o *pca-info*, sujeito embora a alguns ajustes e correcções, afigura-se-nos, do ponto de vista teórico fundamentador, uma aposta saudável e válida porquanto visa a descentralização político-administrativa – condição *sine qua non* da vontade colectiva de democratizar a informação – e é nesta linha que pode ocorrer a permeabilização e a transferência *para os geradores de informação e para todos os cidadãos de decisões sobre os recursos informacionais da sociedade. Para nós* – afirma Rose Marie Inojosa – *é aí que reside a ampliação da efetividade dos arquivos, enquanto instrumento de autoconhecimento da sociedade*⁸³. E na base do *pca-info* acha-se necessariamente a noção de responsabilidade partilhada, devendo, pois, ser desenvolvido de uma forma participativa e descentralizada, o que pode ser conseguido através *1.º do conhecimento dos produtos documentais pelos integrantes da própria organização geradora; 2.º de um processo de avaliação conjunta que os torne partícipes e co-responsáveis sobre o uso e o destino desses produtos documentais; e 3.º de uma conscientização como um direito de cidadania*⁸⁴.

Percebe-se, assim, a importância do *pca-info* para um bom desempenho metodológico da análise/avaliação do fluxo e da memória informacionais de determinado sistema activo, em particular na determinação rigorosa dos três níveis acima indicados.

O *nível A* compreende toda a informação directamente relacionada com os essenciais e, geralmente, imutáveis objectivos da entidade produtora de arquivo (inscritos, normalmente, na sua «constituição» fundacional), cumpridos através de uma estrutura orgânico-funcional que

estas orientações ao seu contexto específico, para o que pode solicitar apoio técnico ao IAN/TT (ou arquivos dependentes), a quem compete emitir parecer para a aprovação final do relatório de avaliação» (p. 7); e mais adiante, no capítulo 3, «sobre a constituição da equipa de avaliação e definição da metodologia de trabalho, embora atribua ao arquivista a condução do processo de análise e avaliação, investindo-o da tarefa de propor e constituir um grupo de trabalho mais adequado às características do universo em avaliação, aos recursos disponíveis para o desenvolvimento da intervenção, ao tempo previsto para a conclusão da mesma» (p. 13), acaba, na prática, por sujeitá-lo, bem como a esse grupo de trabalho ou equipa de avaliação, a um discutível espartilho de normas rígidas e à decisão/parecer final do IAN/TT inspirado nesse tipo de normas.

⁸² Ver: Rose Marie INOJOSA – «Descentralização e racionalização». *Boletim do Arquivo*. São Paulo. 3:1 (Jan.-Jul. 2000) 71-81.

⁸³ Cf.: Rose Marie INOJOSA – *Op. cit.* p. 72.

⁸⁴ Cf.: Rose Marie INOJOSA – *Op. cit.* p. 78.

evolui e se transforma ao longo do tempo, mas permanece sempre implicada e empenhada na concretização quotidiana de tais fins originários. A título de exemplo bastará lembrar que os objectivos pedagógicos de uma Escola, seja de que grau for, envolvem toda a respectiva estrutura organizacional e projectam-se num volume considerável de actos informacionais (documentos simples, compostos e em série); e o mesmo se passa com um Tribunal, um Hospital, um Banco, etc.

No *nível B* entra apenas a informação relacionada com as usualmente denominadas «funções-meio», ou seja, informação produzida/recebida no processo de gestão da organização tendo em vista os objectivos que justificam e legitimam a sua existência, a saber: a parte contabilística e financeira; a administração dos recursos humanos e técnicos (equipamentos, material de apoio, etc.); e a variedade de contactos externos indispensáveis à acção normal e finalizadora.

Por último, temos o *nível C* que engloba alguns actos informacionais objectivamente marginais ou periféricos quer aos objectivos, quer às «operações» de apoio à gestão, e, sobretudo, toda a redundante «ganga» de documentos e de séries documentais resultantes de práticas administrativas e executivas anacrónicas, rotineiras e irracionais (desde os famosos «triplicados» ou «quintuplicados» até aos originais de «documentos de controlo» ou relativos a actos efémeros e de patente caducidade informacional) ainda muito comuns em certos modelos organizacionais burocratizados, verticais e imobilistas. «Ganga» essa considerada há muito pela experiência dos *records managers* como «eliminável» na origem ou, por outras palavras, liquidada logo no início do processo quotidiano e corrente de acção e de organização do fluxo informacional. Conclui-se, assim, que a inclusão neste terceiro nível significa, só por si, a possibilidade concreta de eliminação, embora pontualmente impedida por indicadores excepcionais do parâmetro frequência ou por resultados especiais e esporádicos obtidos mediante a aplicação do *pca-info*. E importa ainda notar o absurdo da denominada conservação por amostragem⁸⁵, conceito

⁸⁵ Os autores do *Manual para a gestão de documentos*, editado pelo IAN/TT e acima citado, afirmam que só deverá proceder-se à amostragem quando: – as características da documentação se prestem à aplicação destes métodos; e – não se reconheça à série em causa um interesse informativo que justifique a sua conservação permanente global e simultaneamente se considere demasiado radical a opção pela eliminação global, ou – se considere oportuna a conservação de alguns espécimes numa série de eliminação na generalidade e distinguem quatro métodos geralmente reconhecidos: a amostragem exemplar (consiste em conservar um ou mais espécimes da série que em alternativa seria totalmente eliminada), a selectiva (implica uma selecção qualitativa, isto é, conservam-se alguns exemplares da série, não a título ilustrativo

importado do trabalho científico experimental sem qualquer proveito objectivo: na prática mais se assemelha a uma maneira «consensual» de satisfazer os utilizadores dos Arquivos Históricos. Dispensa, pois, mais comentários...

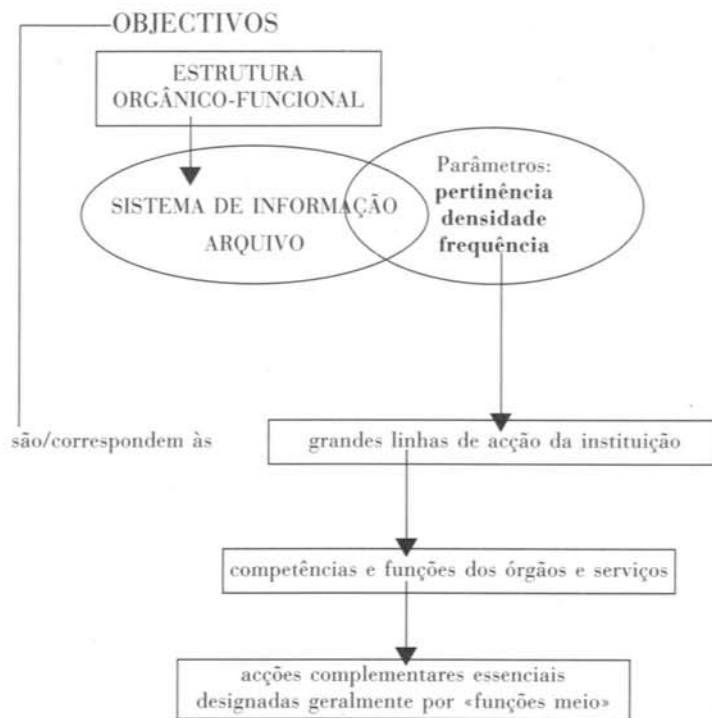


Fig. 3

de uma prática administrativa mas porque aos mesmos se reconheceu um valor excepcional para fins de investigação, de acordo com um conjunto de critérios específicos pré-concebidos), a sistemática (resulta do estabelecimento de uma determinada pauta de selecção fundada em qualquer característica material dos documentos, conserva-se cada enésimo elemento da série, todos os processos dos anos que terminam em 2, todos os processos cujo número termina em 7, todos os apelidos que começam com a letra F, etc.) e a aleatória (para o ser verdadeiramente, não implica simplesmente selecção «ao acaso», antes exige que todos os elementos da série tenham as mesmas probabilidades de ser seleccionados) (cf.: Cecília HENRIQUES; Francisco BARBEDO; Luís MONTALVÃO – *Op. cit.* p. 3-14). Do transcrito percebe-se que só o primeiro tipo de amostragem faz algum sentido e o último, apesar de se basear em apuradas técnicas matemáticas, é de uma chocante inutilidade como, aliás, os autores citados acabam discretamente por reconhecer!...

O segundo parâmetro – densidade – influi também decisivamente na «limpeza cirúrgica» da memória institucional, porque um acto informacional primário/original dispensa o seu duplicado absolutamente idêntico (não entra nesta categoria, por exemplo, a minuta ou rascunho de uma acta de reunião de Câmara ou de um qualquer Conselho de Gerência) e um acto secundário (resumo ou síntese, parcela, ou acumulação, de actos primários/originais) será substituível pelo primário, excepto no caso do tipo resumo/ficheiro/base de dados (feito para condensar os dados essenciais de processos administrativos ou judiciais com formulários muito repetitivos e «pobres») e do cumulativo (exemplo muito comum: as contas de gerência ou balancetes gerais elaborados a partir de um leque amplo de tipologias informacionais específicas). Não deixa, no entanto, de ser conveniente «cruzar» os tipos de secundário com a taxa de uso respectiva e reflectir sobre as suas possíveis inferências.

Por último, há a considerar o parâmetro frequência ou da periodicidade (taxa) de uso baseada numa média-padrão que podemos fixar em cinquenta e dois (52) pedidos/requisições por ano, equivalente a um por semana. Abaixo desta média teremos usos fracos e mínimos (se inferiores a 20) e acima dela usos médios e máximos, variando ainda o sentido da taxa obtida consoante diversos itens: identificação do(s) utilizador(es); justificação do pedido; ocorrência num período muito concentrado ou curto de tempo (semestre, três meses seguidos, um mês, quinze dias ou uma semana); etc. Os resultados e seu sentido próprio não interferem directamente na escolha da informação eliminável, porque à partida um baixo uso pode corresponder a um conjunto de actos (documentos, em série ou não) primários de nível A, ou seja, de conservação definitiva. No entanto, eles são indispensáveis para que possamos compreender o processo informacional em várias das suas propriedades intrínsecas (atrás enumeradas) e como as organizações «lidam» com a sua própria memória.

Afectando aos três parâmetros que norteiam a avaliação um índice de ponderação como elemento quantificador (1 ou 0, em que 1 significa informação a conservar e 0 informação eliminável), é possível estabelecer uma matriz que tipifica as situações de cruzamento entre os referidos parâmetros e, assim, tomar uma decisão objectiva sobre a retenção da memória informacional ou a sua eliminação (ver Anexo 2).

Chegamos, assim, ao derradeiro e crucial aspecto deste ponto – a memória institucional (sistémica). O que é e para que serve? Porque é comum e «natural» apagá-la?

Começando por esta última e importante questão ocorre-nos citar, de novo, o historiador Ulpiano Bezerra de Menezes que lembra, na

peugada de Middleton e Edwards⁸⁶, a crise da memória vivida na sequência da era iluminista. Acrescenta, aliás, que o quadro geral da «crise da memória» é de *molde a privilegiar a fragmentação do sujeito e do universo sobre o qual ele opera, agravando aquela autonomia esquizofrênica que Jameson (1992) associa à sociedade pós-moderna*⁸⁷. Essa fragmentação do sujeito e do universo acaba sendo sinónima de descontextualização da informação acumulada (memória) e anda ligada ao aparecimento de formas de memória mais abstractas, bem como de tentativas fracassadas de contextualização, como é o caso das exposições museológicas que se limitam a reproduzir, sob forma de cenário, «contextos de mera aparência». E este efeito perverso verifica-se também na instituição arquivo, passando a eventual resolução dessa anomalia pela aposta em «bancos de dados» informatizados: *A ingenuidade, porém, – adverte Ulpiano Menezes – com que temos enfrentado seus dilemas e controvérsias merece cautela. Em primeiro lugar, é preciso rever a pertinência, conveniência e, mesmo, viabilidade de bancos de dados de âmbito «universal»; no pólo oposto, um banco de dados também não pode confundir-se com o universo empírico (referenciado) de um projeto específico de pesquisa. A seguir, no tocante especificamente à contextualização, mais uma vez é preciso convencer-se de que a organização documental e a organização do conhecimento deveriam ser operações simbióticas, que precisam de caminhar integradas. Caso contrário, apenas se cristalizarão contextos empíricos*⁸⁸.

A perspectiva do historiador parece-nos correcta, embora divirja da nossa principal preocupação, que, ao invés, consiste em demonstrar a necessidade sistémica da memória institucional ou particular, ingrediente básico, ainda que parcelar e específico, da memória social progressivamente acumulada e passível de constante (re)criação intersubjectiva, classista e política⁸⁹. Do ponto de vista arquivístico o problema põe-se não a nível hermenêutico e relacional como enfatiza

⁸⁶ Ver: D. MIDDLETON; E. EDWARDS – *Collective remembering*. London: Sage, 1990. p. 11.

⁸⁷ Cf.: Ulpiano T. Bezerra de MENEZES – «A Crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações». In *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. Org. Zélia Lopes da Silva. São Paulo: Editora Unesp, p. 24-25.

⁸⁸ Cf.: Ulpiano T. Bezerra de MENEZES – *Op. cit.*, p. 26.

⁸⁹ Sobre esta complexa e aliciente temática ver, entre outros: James FENTRESS; Chris WICKHAM – *Memória social: novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Editorial Teorema, 1994; e Jacques LE GOFF – «Memória». In *Enciclopédia Einaudi*. Vol. 1 – *Memória/História*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984. p. 11-50.

Menezes, mas em termos de preservação operacional da continuidade e da articulação de sucessivos contextos cronológicos e espaciais (diacronia) do processo informacional orgânico com decisivo impacto nas opções presentes e futuras (sincronia), sendo certo que *Informação dependente do contexto – isto é, informação que vai buscar o seu significado a um contexto social específico – tende a perder-se sempre que o contexto muda*⁹⁰. E face a isto há duas vias: uma é a do reforço da memória narrativa pela conceptualização das imagens e temas de maneira a que deixem de ser dependentes do contexto (e com ela se defrontam historiadores, antropólogos, sociólogos...); e outra é a da contextualização peregrina, vincadamente arquivística e organizacional, indispensável também à pesquisa historiográfica e científico-social, e facilmente sujeita a cortes, rupturas e apagamentos.

A acumulação de informação (memória verbal, textual, numérica, gráfica, imagética, audiovisual, etc.) registada em qualquer suporte material por uma entidade pública ou privada, embora sempre originariamente intencional e selectiva, reflecte com autenticidade uma vida e seus fins. Neste sentido é legítimo e urgente, em plena era de «crise da memória», de contínuo descontrolo do «boom documental» e de vertiginoso acréscimo do fluxo informacional efémero favorecido pelas novas TI, pensar em certas experiências esporádicas como a efectuada, desde há cerca de uma dezena de anos, em empresas dos Estados Unidos da América que contrataram historiadores para, através do conhecimento da conduta passada, ajudarem os Conselhos de Administração a decidirem no presente e a conceberem um adequado pensamento estratégico. Este só será cem por cento eficaz se assentar num sólido respaldo diacrónico. Constatata-se, assim, o recurso à pesquisa histórica como apoio directo à gestão corrente e planeamento a médio e longo prazos – aspecto, tanto quanto sabemos, pouco valorizado na Europa e omissos nos manuais *best-sellers* sobre gestão empresarial. É impressionante notar a pouca importância dada ao peso decisório da memória institucional (parte integrante e indissociável do sistema de informação – arquivo) e a consequente falta de estudos sérios, quantitativos e qualitativos, sobre essa eventual influência na dinâmica organizacional (é irrisória, relativa, considerável?). Cientistas da Informação (arquivistas e peritos em SI) e especialistas em Economia e Gestão devem, pois, partilhar uma interessante problemática interdisciplinar para a qual a teoria sistémica pode, sem dúvida, proporcionar uma consistente compreensão/explicação exploratórias.

⁹⁰ Cf.: James FENTRESS; Chris WICKHAM – *Op. cit.*, p. 93.

Entendemos ser prioritário este enfoque, em alternativa à estafada e dicotômica visão dos valores primário e secundário face à memória institucional. Valor pressupõe juízo personalizado e, em matéria de conservação ou eliminação de informação, como viu lucidamente Elio Lodolini, a subjectividade campeia, estimulada ainda pelo modo «clássico» em que é formulada: todos os documentos produzidos/recebidos interessam à entidade produtora/receptora apenas durante algum tempo e depois alguns deles interessarão à pesquisa histórica (valor secundário). Isto é tão redutor e simplista que até os canadianos Rousseau e Couture, fiéis no essencial, como se viu, ao paradigma documental, custodial e tecnicista vigente, alertaram para a dificuldade prática de estabelecer essa divisória, acrescentando que o «valor administrativo» nunca se perde e coexiste com aquilo que eles eufemisticamente denominam de «valor testemunhal». E assim sendo ganha plena acuidade a (re)valorização da memória institucional quer ao serviço de seus produtores/detentores, quer para a comunidade envolvente e para investigadores externos, cujos trabalhos e conclusões deviam ser lidos e meditados pelos agentes e responsáveis das Organizações. Ganha também maior oportunidade a rentabilização praticada sobretudo no Reino Unido e nos EUA e facilitada pela expansiva digitalização: é cada vez mais comum a venda de informação arquivística em *cd-rom* ou *on line* na Internet. Será, então, utópico admitir que um Banco ou uma importante Empresa da chamada «nova economia» venda parte ou toda a sua memória institucional? Não se insiste hoje muito que a informação é um valor estratégico precioso?

Da importância estratégica interna e externa da memória institucional depende, afinal, a validade do modelo de avaliação sistémica aqui proposto, que visa conservar de forma objectiva e rigorosa (e o único meio de fazê-lo será manter intactos os níveis A e B do parâmetro pertinência) para rentabilizar e beneficiar o acesso, a eficácia da gestão e o auto-conhecimento e daí o imprescindível contributo do *pca-info*, permitindo capitalizar internamente a memória e consciencializar os membros da respectiva organização para o seu potencial prático. E se a conservação de memória proposta significar, como no caso do Poder Judiciário, produtor anual de toneladas de informação principalmente em suporte papel, a integridade dos geralmente volumosos processos da vara cível e da vara penal por corresponderem a um dos básicos objectivos ou razão de existência desse Poder, a economia de espaço e a facilidade de acesso só poderão obter-se tecnologicamente por mudança de suporte e nunca por delicadas «operações» cirúrgicas, como a do expurgo em cada processo judicial de

actos/documentos julgados de fraco «valor informativo». Julgados por quem? Pelos juízes, pelos advogados, pelos escrivães ou pelos historiadores? Se um processo judicial é uma sequência jurídico-administrativa complexa de vários actos num determinado contexto (a historicidade evocada por Lodolini e que ou é integralmente preservada ou é apagada, não há meio termo...) truncá-lo é uma medida subjectiva e anti-sistémica que só pode ser assumida internamente pela própria instituição⁹¹. É, aliás, natural que assim seja, porque sempre assim foi e será – quem produz e acumula informação vital (relativa à sua actividade) usa-a como coisa sua e elimina-a se isso lhe convier ou se não sentir necessidade dela no presente e no futuro. Note-se, a este propósito, a prática habitual em pequenas e médias empresas, incluindo paradoxal e principalmente as informatizadas, da eliminação periódica de toda ou quase toda a respectiva memória sem grandes prejuízos operacionais porque a memória individual dos funcionários e gestores, com todas as suas limitações e fragilidades, revela-se suficiente para assegurar a continuidade da acção empresarial. E nestas situações regista-se a cumplicidade activa ou passiva dos peritos em SI de apoio à gestão, pouco preocupados em garantir *backups* de longo prazo.

O Estado, enquanto zelador do bem comum, pode e deve intervir, mas os resultados palpáveis são em muitos países desoladores, conseguindo-se apenas que a Administração Pública faça incorporações regulares e significativas nos Arquivos Nacionais e seus «satélites». E isso em termos percentuais globais representa o quê? Uma ínfima parcela certamente... Mais ainda: se a memória colectiva continuar a ser alimentada regularmente apenas pelas instâncias político-administrativas da sociedade o pretendido auto-conhecimento histórico-social manter-se-á minúsculo e controlado pelas classes dominantes. A alternativa a este cenário comum e obsoleto implica a assunção generalizada do valor estratégico e identitário da informação como condição *sine qua non* de uma cidadania esclarecida, democrática, reivindicativa e geradora de um futuro cada vez mais participado, justo e igualitário.

⁹¹ Veja-se o exemplo seguido no Poder Judicial da Costa Rica: «La Corte Suprema de Justicia podrá ordenar la destrucción o el reciclaje de los expedientes, siempre que no sean necesarios para algún trámite judicial futuro, que no tengan interés histórico, o cuando se encuentren respaldados por medidos electrónicos, informáticos, magnéticos, políticos, telemáticos o cualquier otro medio con garantía razonable de conservación. Al efecto se publicarán las listas de expedientes por destruir en el Boletín Judicial» (cf.: *Archivo judicial de Costa Rica: la selección documental*. San José (República de Costa Rica): Poder Judicial, Registro y Archivo Judicial, 2000. p. 11).

4 Da teoria à prática

A terminar esta já longa exposição só poderia surgir um ponto com a inevitável e sugestiva questão de cariz prático – *como fazer?*

De pronto e à guisa de resposta, insistimos na mudança de atitude básica perante o problema da avaliação: ela não deve continuar a ser vista como uma missão difícil e especial do arquivista, encravada entre uma Administração em geral hostil e o habitual público de historiadores, pressionante e insatisfeito, mas antes como uma das operações metodológicas ao serviço do conhecimento científico da informação social. Insistimos também na ideia, para nós fundamental, de que não se avalia para conservar a informação como um mero bem cultural e histórico, nem apenas para libertar espaço (avaliar para eliminar o mais possível, como se se tratasse sobretudo de uma «operação de limpeza»...), mas, pelo contrário, para rentabilizar interna e externamente a memória institucional como um bem estratégico e social que é e para permitir o regular e bom funcionamento do sistema de informação-arquivo (activo), inscrevendo-se, deste modo, as tabelas de temporalidade no pólo morfológico, circunscritas ao registo exclusivo dos actos informacionais (documentos simples, compostos e em série) elimináveis ao fim dos respectivos prazos prescricionais e precaucionais.

Sublinhadas estas duas prevenções elementares temos de frisar a importância do trinómio objectivos + estrutura orgânico-funcional + memória. Nele se joga o êxito ou insucesso do modelo proposto. Com efeito é preciso identificar com rigor os móveis, objectivos ou linhas de força que determinam a criação e a manutenção de qualquer entidade. Dois exemplos: no caso do Município, definido no ordenamento jurídico-constitucional português como autarquia com dois órgãos – a Assembleia e a Câmara Municipais –, deparamos com uma longa tradição de organização concelhia que remonta ao princípio da nacionalidade e tem nos forais régios a dotação de condições, privilégios e deveres reguladores da vida económica, política, administrativa e judicial de agregados populacionais (moradores) fixados em vilas e seus termos (objectivo ampliado ao longo dos séculos e derramado num volume crescente de informação); e no caso da Universidade são seus objectivos estatutários, *mutatis mutandis*, (a) a formação humana, ao mais alto nível, nos seus aspectos cultural, científico, artístico, técnico e profissional, (b) o desenvolvimento da investigação fundamental e aplicada, tendo em atenção as necessidades da comunidade, (c) a prestação de serviços directos à comunidade, numa base de valorização recíproca, (d) o intercâmbio cultural, científico e técnico com

instituições congêneres nacionais e estrangeiras, e (e) a contribuição, no seu âmbito de actividade, para a cooperação internacional⁹². Em ambos os casos a amplitude e a diversidade dos objectivos implicam uma acentuada complexidade organizacional e burocrática, que importa conhecer e acompanhar na sua evolução (daí o valor indicativo dos organigramas), e uma volumosa memória institucional, reflexo directo dos objectivos centrais e das competências/funções de gestão indispensáveis a que aqueles sejam normalmente concretizados. Os níveis A e B do parâmetro pertinência correspondem, pois, à espessura natural de memória que se não for preservada implica a mutilação, mais ou menos extensa, do sistema de informação-arquivo. E como afirmou, também lucidamente, Elio Lodolini não há estratégias intermédias que evitem o risco sempre iminente de subjectividade: ou se preserva na íntegra a informação objectivamente relacionada com esses dois níveis de pertinência ou então cai-se fatalmente na via derrapante das selecções mais ou menos aleatórias, empíricas e controversas.

Convém, no entanto, reconhecer que uma memória institucional «gigantesca» tem de ser bem «gerida» e acessível desde a fase genésica ou decisória (daí o insistente empenho em intervir na concepção de práticas administrativas e em fluxogramas de alta racionalidade e eficácia), caso contrário acaba sendo alvo de «eliminações» de emergência, sobejamente conhecidas dos arquivistas, feitas à revelia do mínimo interesse estratégico da instituição e com duvidosas vantagens para a investigação histórica e científica em geral. Uma memória «gigantesca», dentro da perspectiva sistémica que perfilhamos, não pode escapar a uma análise séria de custo-benefício e precisa de ser justificada cientificamente.

Não basta para tanto evocar os habituais clichés de teor historicista e culturalista, nem tão pouco persistir na fixação de regras e receitas empíricas e técnicas. O que urge fazer cada vez mais e melhor é investigar para um maior e útil conhecimento sistémico da informação que a torne o bem estratégico que ela é para todos e desde logo, naturalmente, para os que a produzem/recebem, sobressaindo já como tarefa prioritária alargar o naipe existente de leis infométricas com algumas relativas à informação arquivística.

⁹² Ver: Armando B. Malheiro da SILVA – «O(s) Arquivo(s) da Universidade do Minho: gestão e memória do plural ao singular». In *Conferência sobre arquivos universitários* (8 de Maio de 1997). Org. Curso de Especialização em Ciências Documentais, Arquivo Central, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: F. L. U. P., 1999. p. 54.

O modelo proposto terá, pois, de ser testado por amostragem, isto é, submetido a uma série de aplicações casuísticas capazes de permitirem extrapolações controladas e contribuirão, assim, para a demonstração universalizante das propriedades intrínsecas do fenómeno/processo informacional, meta última e suprema dos projectos de I&D (investigação e desenvolvimento) em CI.

Embora a aplicação, a um caso pontual, do modelo que defendemos, só por si não seja suficiente para validar inequivocamente os pressupostos teóricos, é contudo um contributo que vale a pena relevar, pelo facto de permitir ilustrar o *modus faciendi* para passar da teoria à prática. Com efeito, no âmbito de um projecto de investigação arquivística⁹³, centrado no sistema de informação Arquivo, da Universidade do Porto⁹⁴, está em curso um programa intensivo de avaliação, que não se restringe apenas à vulgarmente chamada «documentação acumulada», mas sim a toda a produção informacional, desde a mais «velha» memória que remonta a 1911 (data de criação da instituição) até à que é gerada quotidianamente, pelos vários sectores orgânico-funcionais. Este programa, em fase adiantada de desenvolvimento, aplica em toda a sua dimensão a metodologia de avaliação que aqui apresentamos e, como tal, presta-se à exemplificação. Vejamos, pois, em traços gerais, como se tem desenvolvido tal programa.

Todo e qualquer estudo de avaliação não pode dispensar o conhecimento prévio do contexto em que foi (é) gerada e usada a informação, sob pena de não ser possível caracterizar, com rigor, o sistema de informação Arquivo na sua globalidade, atendendo nomeadamente aos factores que o caracterizam – a estrutura orgânica, o serviço/uso e a memória. Neste sentido, o programa de avaliação em curso no Arquivo da Universidade do Porto foi precedido de um exaustivo estudo orgânico-funcional das instituições envolvidas no projecto (Reitoria e Serviços Centrais e cinco Faculdades, da Universidade do Porto)⁹⁵, já concluído e a editar brevemente.

⁹³ Este projecto, intitulado *O Sistema de informação arquivística da Universidade do Porto: desenvolvimento da sua gestão integrada*, é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Programa PRAXIS XXI.

⁹⁴ Para um conhecimento genérico do projecto em causa, ver: Fernanda RIBEIRO – «O Sistema de informação arquivística da Universidade do Porto: desenvolvimento da sua gestão integrada». *Boletim – Universidade do Porto*. Porto, 9:34 (Dez. 1999) 62-63.

⁹⁵ O Arquivo da Universidade do Porto apresenta-se como um super-sistema de informação, integrado pelos diversos sub-sistemas das faculdades e de outros organismos tutelados pela Universidade, os quais se configuram como arquivos pluricelulares

Baseado, essencialmente, nos diplomas legislativos e regulamentares que, ao longo do tempo, têm servido de suporte à estrutura organizacional que desenvolve a acção tendente ao cumprimento dos objectivos essenciais da instituição Universidade, esse estudo possibilitou o conhecimento e a representação em organigramas da evolução da componente «estrutura orgânica» do sistema. Os diplomas legais e os textos de carácter regulamentar permitiram também identificar as competências/atribuições cometidas aos vários sectores orgânicos.

Naturalmente que a análise da legislação/regulamentação não basta para a caracterização exacta e completa da realidade. É por demais sabido que, nem sempre, na prática, se aplicam todas as determinações da lei. Por razões de diversa ordem, há reformas que não se concretizam, no todo ou em parte, e há acções que não se regulamentam nunca ou apenas o são *a posteriori* e, por vezes, só parcelarmente. As discrepâncias entre a lei e a prática há que detectá-las no decurso da investigação, sendo muitas vezes a análise da produção informacional que indicia esses desajustamentos.

Assim, a par do estudo orgânico-funcional, foi efectuado o levantamento dessa produção, tarefa que consistiu numa recolha dos dados imprescindíveis para caracterizar e descrever os actos informacionais (materializados em documentos simples, compostos e em série).

Para completar o estudo da informação que ainda se encontra em fase activa e, portanto, a ser gerada e manuseada pelos serviços produtores, efectuaram-se entrevistas aos funcionários e agentes responsáveis pelos diferentes sectores e preencheram-se inquéritos, sob a forma de questionário, com o objectivo de identificar as actividades (procedimentos/tarefas) que se desenvolvem e recolher elementos sobre o fluxo informacional.

Com base nos elementos colhidos a partir do estudo orgânico-funcional, no registo dos dados identificativos da informação arquivística e nas respostas obtidas nas entrevistas e inquéritos, tornou-se possível elaborar quadros de contextualização da produção informacional, de acordo com o que se define no Anexo 1 (ver quadros que integram o Anexo 3).

descentralizados activos. A esta complexidade estrutural vêm ainda juntar-se alguns arquivos desactivados, de instituições extintas, antecedentes de algumas das escolas que fazem parte da Universidade (por exemplo, a Academia Portuense de Belas-Artes, a Escola de Belas-Artes do Porto e a Escola Superior de Belas-Artes do Porto estiveram na origem das actuais faculdades de Arquitectura e de Belas-Artes, estando os respectivos arquivos integrados no sistema de informação arquivística da Faculdade de Belas-Artes).

A título de exemplo, centremo-nos no caso da Reitoria e Serviços Centrais. Detectaram-se, ao longo dos anos, diversas alterações na estrutura organizacional, facto que se traduziu na elaboração de tantos quadros de contexto, quantas as mudanças estruturais. Mas como os objectivos essenciais da instituição se mantêm praticamente inalteráveis, a variação da componente estrutura orgânica não é sinónimo de ruptura ao nível das competências/funções e, naturalmente, ao nível da produção de informação. Independentemente do sector orgânico que desenvolve a acção, há um *continuum* informacional, expresso através de actos em série, que em diacronia e horizontalmente atravessam a estrutura. Daí que, uma mesma série possa estar representada em mais do que um quadro de contexto, percebendo-se pelas respectivas datas extremas, que vão precedidas ou seguidas de «...», que há continuidade ao longo dos diferentes quadros. Os exemplos apresentados ilustram o que acabámos de expor (ver Anexo 3).

Uma vez efectuado o estudo de contextualização, segue-se agora a análise/avaliação dos actos informacionais identificados, de acordo com a parametrização que atrás referimos e que se apresenta, de forma sistemática, no Anexo 1. Dado que este trabalho ainda não está finalizado, não é possível apresentar já exemplos concludentes. Prevê-se, no entanto, divulgar os resultados, através de uma publicação, assim que o projecto de investigação se encontre concluído.

Esperamos, pois, que o caso do Arquivo da Universidade do Porto possa servir de modelo para o desenvolvimento de outros estudos sobre a mesma problemática, adivinhando-se, a partir deles, um árduo, mas, sem dúvida, aliciante programa de reformulação teórico-prático da avaliação em Arquivística e Ciência da Informação.

ARMANDO B. MALHEIRO DA SILVA malheiro@adb.uminho.pt
(Universidade do Minho)

FERNANDA RIBEIRO fribeiro.hierro@mail.telepac.pt
(Faculdade de Letras da Universidade do Porto)

ANEXO 1

AVALIAÇÃO DE ARQUIVOS
Critérios e parâmetros

Levantamento da produção informacional e sua contextualização:

Objectivos	Estrutura orgânica	Competências atribuições	Actividades (procedimentos/tarefas)	Produção informacional
(...)	(...)	(...)	(...)	(...)

Parâmetros da avaliação:

- **Pertinência** (pertença, em termos informacionais, à acção de alguém ou de uma entidade)

Nível A (informação directamente relacionada com os objectivos / estrutura orgânico-funcional / memória)

Nível B (informação indirectamente relacionada com os objectivos / estrutura orgânico-funcional / memória)

Nível C (informação periférica e/ou redundante face aos objectivos / estrutura orgânico-funcional / memória)

(Ponderação: 1 (inf. de nível A ou B) ou 0 (inf. de nível C))

- **Densidade**

Informação primária

Informação secundária (produzida a partir da primária)

- Parcelar

- Resumida

- Cumulativa

Informação duplicada

(Ponderação: 1 (inf. mais densa) ou 0 (inf. menos densa))

- **Frequência** (de uso)

Uso máximo/médio - uma ou mais do que uma vez por semana

Uso mínimo - menos de uma vez por semana

(Ponderação: 1 (uso máximo/médio) ou 0 (uso mínimo))

ANEXO 2

ANÁLISE DOS ACTOS INFORMACIONAIS
(em documentos simples, compostos ou em série)

PERTINÊNCIA:

Nível A ___ Nível B ___ Nível C ___
Ponderação ___ (1 ou 0)

DENSIDADE:

Estabelecimento das relações informacionais para determinação da densidade:

RELAÇÕES INFORMACIONAIS

Informação em análise	Relações informacionais (1)
Informação primária ___ Duplicada ___	Informação primária _____ Informação primária duplicada _____ Informação secundária ___
Informação secundária ___ Parcelar ___ Resumida ___ Cumulativa ___ Duplicada ___	Parcelar _____ Resumida _____ Cumulativa _____ Informação primária _____ Informação secundária _____ Informação secundária duplicada _____

(1) Mencionar, em cada caso, a referência dos documentos ou séries relacionados com a informação em análise, referida na 1.ª coluna.

Ponderação ___ (1 ou 0)

Frequência:

Uso máximo/médio - uma ou mais do que uma vez por semana - 1

Uso mínimo - menos de uma vez por semana - 0

Ponderação - (1 ou 0)

Decisão sobre o destino final da informação:

Pertinência	Densidade	Frequência	Destino final
Nível A	1	1 ou 0	Conservação permanente
Nível A	0	1	Conservação temporária
Nível A	0	0	Eliminação
Nível B	1	1 ou 0	Conservação permanente
Nível B	0	1	Conservação temporária
Nível B	0	0	Eliminação
Nível C	1 ou 0	1	Conservação temporária
Nível C	1 ou 0	0	Eliminação

Nota: para a informação de conservação temporária, estabelecer os prazos (tabela de temporalidade⁹⁶) em conformidade com o factor serviço/uso (frequência do uso).

⁹⁶ Apesar de na terminologia mais comum em Portugal se adoptar o termo «tabela de selecção» para designar o quadro normativo em que se inscrevem os prazos de conservação (definitiva ou temporária) da documentação, preferimos a designação consagrada na terminologia brasileira - tabela de temporalidade - dado que se ajusta com mais propriedade ao modelo teórico que perfilhamos. Na verdade, consideramos que só tem sentido inscrever numa tabela os prazos de tempo que regulam a conservação temporária da informação a eliminar, pois aquela que perdurará como memória organizacional não carece de ser sujeita a qualquer prazo (é, por definição, permanente). A temporalidade é, pois, uma característica da informação eliminável que, só razões de uso (elevada frequência de utilização) justificam reter durante os períodos de tempo previstos nas tabelas.

ANEXO 3
Quadro 1 (1911-1926)
UNIVERSIDADE DO PORTO / SECRETARIA-GERAL / REPARTIÇÃO DO EXPEDIENTE LITERÁRIO

OBJECTIVOS ¹	ESTRUTURA	COMPETÊNCIAS ²	ACTIVIDADES ³	SÉRIES/DOCUMENTOS
a) Fazer progredir a ciência (...) e iniciar um escol de estudantes - nos métodos de descoberta e investigação científica;	1. Secretaria-Geral 1.1 Repartição do Expediente Literário	a) O expediente e registo da correspondência oficial da Rectoria com os Ministérios, Faculdades, autoridades e corporações do país e do estrangeiro;	Fichas individuais de alunos (1911-1926 ...)	
b) Ministar o ensino geral das ciências e das suas aplicações, dando a preparação indispensável às carreiras que exigem uma habilitação científica e técnica;		b) A redacção e registo dos alvarás e ordens da Rectoria;	Livros de inscrições e exames (1911-1926 ...)	
c) Promover o estudo metódico dos problemas nacionais e difundir a alta cultura na massa da Nação pelos métodos de extensão universitária.		c) A cópia e registo das consultas e representações da Rectoria, do Senado, da Assembleia Geral dos Professores e dos Conselhos das Faculdades e Escolas;	Cadastro de certidões de graus académicos e de especializações (1918-1926 ...)	
		d) O registo das portarias;	Pautas de exames (1923-1926 ...)	
		e) A redacção dos termos de matrícula, de inscrição e de exames;		
		f) A organização das pautas e relações de alunos necessárias para o serviço de todas as Faculdades e Escolas;		
		g) A redacção das certidões de matrícula, inscrição, frequência e exames;		
		h) A organização da estatística geral universitária;		
		i) A escrituração do Arquivo da Universidade, sob a responsabilidade e instruções do respectivo director;		
		j) As cópias autênticas de documentos existentes na Secretaria e Arquivo da Universidade, que devem expedir-se ou sejam redigidas, <i>et-officio</i> , pelas autoridades superiores.		

¹ Lei: 1911,04,19 - Decreto / Ministério do Interior, Direcção-Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, 2.ª Repartição Promulgação da Constituição Universitária.

² Lei: 1911,08,19 - Decreto / Ministério do Interior, Direcção-Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial

Aprovação do Regulamento das Secretarias Gerais e Tesourarias das Universidades.

³ Dado que este quadro se reporta a uma época passada, não é possível identificar as actividades; estas só são indicadas para sectores orgânicos em funcionamento.

Quadro 2 (1926-1952)
UNIVERSIDADE DO PORTO / SECRETARIA-GERAL / SERVIÇO DE EXPEDIENTE GERAL
UNIVERSIDADE DO PORTO / SECRETARIA-GERAL / SERVIÇO DE CONTABILIDADE

OBJECTIVOS ¹	ESTRUTURA	COMPETÊNCIAS ²	SÉRIES/DOCUMENTOS
a) Fazer progredir a ciência (...) e iniciar um escol de estudantes - nos métodos de descoberta e investigação científica;	1. Secretaria-Geral	1.º A organização e movimentação dos processos relativos a assuntos de carácter pedagógico;	Cadastro de certidões de graus académicos e de especializações (... 1926-1952 ...)
b) Ministar o ensino geral das ciências e das suas aplicações, dando a preparação indispensável às carreiras que exigem uma habilitação científica e técnica;	1.1 Serviço de Expediente Geral	2.º A execução dos serviços de matrícula, inscrições e transferência de alunos; dos admitidos a exame, para serviço das Faculdades e escolas;	Fichas individuais de alunos (... 1926-1952 ...)
		3.º A elaboração das pautas dos alunos inscritos e dos admitidos a exame, para serviço das Faculdades e escolas;	Livros de inscrições e exames (... 1926-1952 ...)
		4.º A preparação dos diplomas de concessão de grau, de curso ou de outras habilitações, bem como a passagem de certidões de matrícula, inscrição, frequência e exames;	Pautas de exames (... 1926-1952 ...)
		5.º A organização da estatística escolar.	Pautas de exames de aptidão (1939-1952 ...)
c) Promover o estudo metódico dos problemas nacionais e difundir a alta cultura na massa da Nação pelos métodos de extensão universitária.	1.2 Serviço de Contabilidade	(...)	Livros de termos de actos de doutoramento (1929-1952 ...)
		5.º Registo dos diplomas de concessão de grau, de curso ou de outras habilitações;	Processos individuais de provas de doutoramento (1929-1952 ...)
		(...)	Índices dos livros de inscrições e exames (1932-1952 ...)
			Livro de registo de diplomas do Curso de Médicos Hidrologistas do Instituto de Climatologia e Hidrologia da Universidade do Porto (1934-1952 ...)
			Processos de passagem de diplomas (1934-952 ...)

OBJECTIVOS ¹	ESTRUTURA	COMPETÊNCIAS ²	ACTIVIDADES ³	SÉRIES/DOCUMENTOS
				Boletins de bacharelato e de licenciatura (1936-1952 ...)
				Declarações e recibos de entrega de diplomas (1936-1952 ...)
				Livros de registo de passagem de diplomas (1946-1952 ...)
				Enunciados de exames de aptidão (1949-1952 ...)
				Livros de registo de transferências de alunos para a Universidade do Porto (1949-1952 ...)
				Índices dos livros de registo de correspondência recebida (1950-1952 ...)
				Livros de inscrições e exames no Curso de Climatologia e Hidrologia (1950-1952 ...)
				Boletins de estágio da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (1952 ...)
				Livros de registo de transferências de alunos para outras universidades (1952 ...)

¹ In: 1911.04.19 – Decreto / Ministério do Interior. Direcção-Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial. 2.ª Repartição Promulgação da Constituição Universitária. *Colecção oficial de legislação portuguesa*. Lisboa. (1911) 683-693.

² In: 1926.10.14 – Decreto n.º 12 492 / Ministério da Instrução Pública. Direcção-Geral do Ensino Superior

Regulamentação da organização dos serviços administrativos das universidades. *Diário do Governo. 1.ª série*. Lisboa. 229 (14 Out. 1926) 1.552-1.559. (Publicadas rectificações em: *Diário do Governo. 1.ª série*. Lisboa. 256 (16 Nov. 1926) 1.883-1.884).

³ Dado que este quadro se reporta a uma época passada, não é possível identificar as actividades; estas só são indicadas para sectores orgânicos em funcionamento.

Nota: Os Quadros 1 e 2, que integram este Anexo 3, foram elaborados pelo Arquivo Central da Reitoria da Universidade do Porto; à sua responsável, Dr.ª Maria Eugénia Matos Fernandes, agradecemos o facto de, gentilmente, os ter disponibilizado para serem incluídos neste trabalho.